IICA
E70
262

15 ENE 1980

IICA-CIDIA

CODEVASF

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE IRRIGAÇÃO E DRENAGEM
IV SENIRD

# - P R O A M E R -

## PROGRAMA DE PROMOÇÃO E ANALISE DE MERCADO.

## RELATÓRIO DE UMA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS IRRIGADAS

RAMON JOSE ROLDAN *

* Especialista em Comercialização Agropecuária do Instituto Interamericano de Ciências Agrí las da OEA (IICA) para o Projeto do Fundo Si món Bolívar IICA - CODEVASF "São Desidério" Secretário Executivo do PROAMER

00066061

# S U M Á R I O


| | Página |
|---|---|
| Resumo - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 2 |
| Introdução - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 6 |
| Seção I | |
| 1. Antecedentes - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 8 |
| 1.1. Definição e natureza do problema regional | 8 |
| 1.2. Ação do País para resolver o problema | 15 |
| 1.3. Organização institucional para resolver o problema - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 23 |
| 1.4. Definição e natureza do problema que intenta resolver o Programa - - - - - - - - - - | 40 |
| Seção II | |
| 2. Ações inter-institucionais - - - - - - - - - - - - - | 42 |
| 2.1. Operacionalidade do PROAMER - - - - - - - - - | 42 |
| 2.2. Projeto de Central de Serviços de Mercado | 50 |
| 2.3. Operacionalidade da CSM/Salvador - - - - - - | 59 |
| 2.4. Modelo de Transporte - - - - - - - - - - - - - | 67 |
| 2.5. Programa Hortigranjeiro - - - - - - - - - - - | 77 |
| CONCLUSÕES - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 92 |
| AGRADECIMENTOS - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - - | 94 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - - - - - - - - - - - - - - - | 95 |

## RESUMO

Sob o ponto de vista de política econômica agrícola, tem-se identificado a natureza do problema do Nordeste, como um todo e, especificamente, do Vale do São Francisco, na expansão da fronteira agricola, ou seja, o aproveitamento dos recursos naturais.

Mas, circunscrito aos recursos de água e solo, o problema fica definido pela necessidade do aproveitamento dessa capacidade produtiva potencial da agricultura, a partir da figura do PROJETO IRRIGADO, como instrumento de ruptura na estrutura vigente a nível de economía agrária, e de integração geográfica e econômica regional; feita de um modo que signifique um impulso dinâmico e sostenido à expansão das fronteiras agrícolas da região, e como contribuição adequada das áreas irrigadas aos crescimento do produto agrícola e á criação de empregos, fundando as condições básicas ao desenvolvimento do Nordeste.

E é o modo, precisamente - modo institucionalmente integral e integrado - o que está até agora sem solução adequada, ainda que intentado e testado a partir de muitas políticas, estratégias, programas e modelos de ação.

Para explicar a relativa estagnação do processo de expansão das fronteiras agricolas, em termos gerais e, as dificuldades que estão enfrentando os esforços do Brasil para dinamizá-lo nas áreas irrigadas, em especial, é frequente a menção a muito diversos fatores, de natureza geo-física, humana, econômica, política e social. Nosso interesse fica apenas concentrado no seguinte: CARÊNCIA DE UMA ESTRATÉGIA DE COMERCIALIZAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS RURAIS RESTRINGIDAS.

As principais ações visando resolver a relativa estagnação do desenvolvimento do Nordeste, de modo geral e, de modo específico, do processo de expansão das fronteiras agrícolas, são de incumbência do Ministério do Interior, a nível do Governo Federal; orientando- se as prioridades no sentido

de fortalecer o desempenho deste setor e de complementar o esforço realizado no campo da industrialização, dadas as possibilidades que a Região apresenta em termos de transformação de matérias-primas de origem agrícola e pecuária. Esses programas estão atentos às dificuldades relativas à melhor utilização da terra, pelos aspectos da natureza fundiária, e à superação de obstáculos de natureza climática, e cientes ao mesmo tempo, do papel que o setor agrícola desempenha na dinamização das atividades produtivas dos setores secundário e terciário.

Assim, encontram-se em execução os "Programas de Irrigação", o de "Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste" (POLONORDESTE), o de "Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste" o de "Apoio e Fortalecimento ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida (PROJETO SERTANEJO), e o do "Trópico Semi-Árido".

Essas seríam as principais ações. Mas também tem sido previstas ações concorrentes, as quais conformam-se à estratégia definida pela SUDENE para o periodo 1976/1979, consoante à orientação do II PND em seus objetivos globais e regionais. Específicos do Nordeste, são o "Programa de Desenvolvimento Industrial", o de Desenvolvimento Social", e o de Crédito". E não específicos do Nordeste, devem-se mencionar o "Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento", que agem em beneficio do setor agrícola através de programas especiais de distribuição de alimentos; assim como dos "Mercados Expedidores Rurais", atuando na aproximação entre regiões de grande produção agricola e os mercados consumidores. Também, "o Programa de Financiamento de Pré-Comercialização a Produtores de Baixa Renda, e o PROHORT. Finalmente, existem ações concorrentes planejadas pelos Estados, encaminhadas a oferecer instrumentos que contribuirão para a transformação do quadro sócio-econômico de micro-regiões, buscando integrá-la mais efetivamente à economia estadual. Tal, no caso da Bahia, o "Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Além São Francisco", seguindo as diretrizes do POLONORDESTE.

Dos programas e ações vigentes, poder-se-ia afirmar que, se específicas para resolver o problema, não sempre

prestam atenção à totalidade dos fatores que nela incidem. Se concorrentes, podem também não ter uma aplicação adequada às condições que tem gerado o problema, ou aos fatores que poderíam resolvê-lo. Assim, o caso das áreas irrigadas, por exemplo. Não existe uma política, uma estratégia ou uma ação especifica de pesquisa agrícola, extensão rural, armazenamento, comercialização, preços agrícolas, crédito, desenvolvimento rural integrado, etc., imaginada para operar exclusivamente nesta nova realidade dos PROJETOS IRRIGADOS, ou para transformar esses projetos irrigados nos instrumentos poderosos do processo de expansão das fronteiras agricolas, criando assim as condições ao desenvolvimento do Nordeste, a nível de economia agrária, como já se tem dito. Não existe, aliás, qualquer ação correspondente a uma estratégia de comercialização para o desenvolvimento rural, e sim apenas um sistema nacional de abastecimento agrícola alimentar, ou seja, voltado para as necessidades de consumo da população brasileira.

Essa lacuna de ações adicionais e ainda não prevista, para concorrer à solução do problema, está sendo preenchida, em parte, pelo PROAMER, cuja estratégia visa melhorar a posição negociadora e o nível de renda do pequeno produtor agrícola, associado à empresa cooperativa de produção, nas áreas irrigadas do Nordeste.

Assim,o PROAMER, tem entre seus objetivos básicos a formulação de estratégias de comercialização, visando principalmente:

a) Fornecer elementos aos produtores e suas organizações, que possibilitem a tomada de decisões mais conscientes nos processos de produção e venda, assim como a organização da comercialização segundo as oportunidades e restrições dos mercados, através de uma programação ordenada da oferta agricola.

b) Elevar a participação dos recursos externos provenientes da comercialização, na capitalização da empresa agrícola cooperativa, tendo em vista o desenvolvimento integral das áreas irrigadas.

c) Incentivar a dinamização da produção agrícola das áreas irrigadas, de maneira a contribuir para o aumento do nivel de renda dos pequenos produtores agricolas.

d) Contribuir para o crescimento do poder aquisitivo da população na áreas irrigadas, ampliando a capacidade de demanda local e regional pelos produtos agrícolas e industriais, bem como pelo setor serviços.

Pelo mesmo motivo de se identificar com um tipo de ação não prevista nos programas vigentes, o PROAMER está ainda em vías de definir a sua institucionalização. Ele corresponde, na praxe, a uma ação inter-institucional acertada no dia 3 de agosto de 1977 entre a CODEVASF o DNOCS e a COBAL e, posteriormente, da SUDENE - com assessoramento do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da OEA (IICA) - e sendo executada através de uma Coordenação Geral , integrada por representantes desses órgãos, com atribuições específicas de coordenar, planejar e avaliar a ação das entidades participantes; de equipes regionais com tarefas de pesquisa e análise de mercado, sediados em Brasília, Salvador e Fortaleza e , futuramente, em Recife;de um Secretário Executivo, com funções de acompanhamento e controle do Programa e de elo centralizador entre a Coordenação Geral e as Equipes Regionais; e, finalmente, de um representante do Programa no perímetro irrigado - o Promotor/Assessor - encarregado da execução nesse nível.

Dentre as ações empreendidas pelo PROAMER, merecem destaque o Projeto da Central de Serviços de Mercado, operando a, nível regional na CSM/Salvador; o modelo de transporte, desenvolvido pelo Econ. Antônio Frederico Pontes Albuquerque,e o chamado "Programa Hortigranjeiro", sendo em essência um projeto de enlace às politicas programáticas operacionais, para o desenvolvimento integrado de áreas irrigadas restringidas.

# INTRODUÇÃO

No mês de dezembro de 1976, a CODEVASF, o DNOCS e a CORAL, propiciaram a criação de um Grupo de Trabalho Inter-institucional para estudar a problemática de Comercialização das áreas irrigadas . No mês de janeiro de 1977, o grupo visitou diversos perímetros irrigados, espalhados na Bahia, Pernambuco, Sergipe, Ceará e Piauí, apresentando aos dirigentes dos órgãos interessados em resolver os agudos estrangulamentos de comercialização da produção gerada naquelas áreas, um relatório das observações efetuadas e das medidas aconselhadas para solucionar a situação comprovada.

Simultâneamente tinha início na área irrigada de São Desidério, nos municipios desse mesmo nome e de Barreiras, na Bahia, um projeto demonstrativo objetivando o aumento da produção e da produtividade, no Nordeste do Brasil, através da implantação de perímetros irrigados. Uma das atividades do Projeto São Desidério visa, precisamente, a definição e detalhamento de um modelo de comercialização e implantação de agro-indústria para o Vale do São Francisco. Ambas tentativas conjugaram-se na evidência de se formular uma estratégia de comercialização para as áreas irrigadas, sejam da CODEVASF ou do DNOCS, partindo da premissa de que esses órgãos estão contribuindo ao desenvolvimento rural integrado no Nordeste do Brasil. Nesse sentido com apoio da CORAL, foi aprovado no dia 3 de agosto de 1977, um Programa de Análise e Promoção de Mercado e, por razões práticas, ficou incumbido de sua Secretaria Executiva, o Especialista em Comercialização Agropecuária do IICA, para o "Projeto São Desidério".

O PROAMER tem sido uma experiência estimulante sob o ponto de vista de terem contribuido a criar, a diferentes níveis de decisões, uma maior e melhor inteligência de comercialização. Sob o ponto de vista de sua operacionalidade, ele vem enfrentando uma grande dificuldade para sua institucionalização e, consequentemente, para desenrolar o roteiro de suas ações programáticas.

Porém, os mais recentes contactos com a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB), revelam de maneira alentadora

que esse roteiro é absolutamente viável, na medida em que sejam convenientemente compatibilizados, através de uma estratégia de comercialização, os objetivos setoriais de abastecimento e de desenvolvimento rural.

SEÇÃO I - Do análise do problema regional e das ações nacionais empreendidas para resolvê-lo, incluindo-se às limitações institucionais existentes.

1. ANTECEDENTES

1.1. Definição e natureza do problema regional

Diversos estudos, assim como diagnósticos e relatórios de órgãos oficiais y privados, verificam para o Nordeste em geral, incluindo à Região do Vale do São Francisco, uma situação de relativo estagnamento do processo de desenvolvimento, se comparadas suas taxas de crescimento econômico - ainda que animadoras na última década - com a média nacional, debaixo da qual situa-se insistentemente.

Uma economia básicamente agrícola, com recursos naturais francamente limitados, de propriedade concentrada da terra e sob ineficiente utilização, desenvolve o seu processo produtivo com baixissimas taxas de capitalização e abundante utilização de mão-de-obra de escassa qualificação.

Coerente com as mais tipicas características de uma economia de base agrícola e subdesenvolvida, observa-se grande dependência nas exportações de reduzido número de matérias-primas vegetais, muitas vezes subsidiadas, que fluem em forma significativamente maioritária para o mercado externo, procedentes de poucas áreas geográficas de vocação exportadora. 1

Estas caracteristicas, por outro lado, refletem-se em uma baixissima produtividade do setor básico da economia nordestina, com elevados índices de pressão sobre a terra, forte dependência externa e uma aguda concentração de problemas sociais decorrentes.

Os maciços incentivos fiscais criados pelo governo federal para capitalizar os setores industriais do Nordeste, não apresentaram, em termos de absorção de mão-de-obra, resultados comparáveis à sua contribuição na taxa de crescimento do produto bruto regional.

Recentes informações acusam altos níveis de desemprego e de subemprego em toda a região, sendo que as situações mais graves manifestam-se na área rural.

Um documento não oficializado, elaborado pelo Departamento de Agricultura e Abastecimento da SUDENE, com a finalidade de servir de subsídio para o III PND, relata a situação econômica do Nordeste na maneira que diz a seguinte síntese jornalística: [2]
"1- A industrialização do Nordeste não surtiu resultados satisfatórios no tocante à criação de empregos, à distribuição e ao abastecimento do mercado da região, que é ainda assegurado pelas indústrias da região Sudeste; 2- O Nordeste ainda não possui uma classe empresarial e os investimentos que ali se fazem provêm do Sul e do Sudeste do País, bem como do Exterior; 3- Os investimentos do FINOR, orientados pelo governo, não têm favorecido os projetos pequenos e médios, geradores de emprego; 4- No tocante à agricultura, a remuneração do trabalhador rural nordestino é baixíssima, constituindo fator de emigração e desemprego, cujo crescimento anual corresponde a 300 mil pessoas; no que tange à elevação do padrão de vida no meio rural, os resultados dos programas da CODEVASF, do BNB, da EMBRAPA, do INCRA, do IAA e da própria SUDENE, são praticamente nulos ou insignificantes, além de que têm baixado a taxa de crescimento do produto agrícola; 5- Dentro de doze anos, será nula a taxa de crescimento anual, uma vez que a agricultura só tem prosperado extensivamente e que a ampliação das áreas de pastagem tem alijado mão-de-obra; a contribuição dos trabalhos de irrigação não será significativa, pois se estima em 300 mil cruzeiros (aproximadamente US$ 18 mil à taxa de câmbio da época) o custo do emprego que gera e em 2% a área irrigável da zona semiárida".

O documento atribuido à SUDENE observa, também, que embora não se possa falar em desemprego efetivo na zona rural do Nordeste, pelo menos existe o desemprego estacional e o desemprego disfarçado em forma de subemprego, que atinge enormes contingentes de baixa renda. O desemprego é estimado em cerca de 70 por cento da população apta para o trabalho. O contingente de baixa renda é estimado em 2.230.000 famílias, distribuidas entre minifundistas, ocupantes, parceiros, arrendatários e assalariados cuja renda é inferior a 2,2 salários mínimos (aproximadamente US$ 124) por família. [3]

" Em 1985 - afirma ainda o documento - a área agrico "la a ser explorada deverá ser de cerca de 90 milhões de hectá- "res, podendo por isso criar, no máximo, 6,1 milhões de empre - "gos, o que corresponde à absorção de 2,1 milhões de famílias. "No entanto, a população rural esperada para essa época é de "10,4 milhões de pessoas (3,6 milhões de famílias). A partir "daí serão necessários 11 milhões de empregos ... cuja criação "só poderá acontecer, na medida adequada, se a área cultivada "continuar crescendo ..... e, para que isso ocorra, seria neces "sário que as áreas ociosas sejam incorporadas ao processo pro "dutivo". [4].

A natureza do problema, conseqüentemente, é uma de expansão da fronteira agrícola, ou seja do aproveitamento dos recursos naturais. Diz ao respeito o Programa de Ação do Gover- no para o Vale do São Francisco, inserido no II PND que, "o Vale do "São Francisco representa para o Brasil e, em especial para "o Nordeste, um importante papel no campo do desenvolvimento "agrícola com base na irrigação. Por ser uma sub-região muito "extensa, com baixa densidade demográfica, com recursos de água "e de solos enexplorados e por sua proximidade dos grandes mer "cados consumidores da região, poderá transformar-se numa área "produtora de alimentos e matérias-primas de expressivo signifi "cado". E agrega: "O Vale do São Francisco dispõe de cerca de "meio milhão de hectares com possibilidades de aproveitamento "através de irrigação e mais ou menos 10 milhões para cultivos "de sequeiro. Note-se que essas terras se encontram espalhadas "por todo o Vale, em diferentes zonas ecológicas, e portanto "com vocação para diversas culturas e criações". [5]

1.1. Definição do problema.

"Nos seus 640.000 km², a Bacia do São Francisco "apresenta uma ocupação humana com aspectos os mais variados e "com características bem próprias, fruto de suas condições cli "máticas e de seus recursos naturais . Com exceção da parte Al "ta da Bacia, onde a exploração mineral (minério de ferro) é a "principal atividade econômica, as outras (Médio, Sub-Médio e "Baixo), têm na agricultura de vazantes, na pesca e na pecuária

"extensiva o sustento econômico de sua escassa população. A sua "posição geográfica e o seu estágio de exploração têm levado o "governo, desde de 1947, a se preocupar mais especificamente de "tão vasta área do território brasileiro. A região Sanfranciscana tem todas as possibilidades de, dentre os aspectos de aumento da produção e da produtividade, constituir-se em um dos "maiores, senão o maior centro agrícola do Nordeste Brasileiro." 6

O problema, então fica definido pela necessidade do aproveitamento dessa capacidade produtiva potencial da agricultura no Vale do São Francisco , a partir da figura do PROJETO IRRIGADO, como instrumento de ruptura na estrutura vigente a nível de economia agrária, e de integração geográfica e econômica regional; de um modo que signifique um impulso dinâmico e sostenido à expansão das fronteiras agrícolas da região, e como contribuição adequada das áreas irrigadas ao crescimento do produto agricola e a criação de empregos, fundando as condições básicas ao desenvolvimento do Nordeste.

E é o modo, precisamente - modo institucionalmente integral e integrado - o que está até agora sem solução adequada, ainda que intentado e testado a partir de muitas diversas políticas, estratégias, programas e modelos de ação.

1.2. Fatores que incidem no problema.

Para explicar a relativa estagnação do processo de expansão das fronteiras agrícolas no Vale do São Francisco, em termos gerais e, as dificuldades que estão enfrentando os esforços do País para dinamizá-lo nas áreas irrigáveis, em especial, é frequente a menção aos seguintes fatores: 7, 8, 9

i. A vasteza do palco geoeconômico e social. A Bacia do São Francisco compreende parte de seis Estados da União (Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Goiás) e do Distrito Federal, totalizando área de 640.000 km², 56% dos quais incluidos no "Polígno das Secas". Nessa área vivem cerca de 8 milhões de habitants, de acordo com o Censo Demográfico de 1970, 53% dos quais se concentram no Estado de Minas Gerais; os 47% restantes habitam o Nordeste. Os estudos realizados indicam possibilidades de aproveitamento na área de cerca de 3 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 500.000 são potencialmente irrigáveis.

ii. Estudos disponíveis indicariam um elevado grau de conflito existente nos diferentes usos possíveis da água do Vale, especialmente entre as atividades de geração de energia elétrica e de irrigação.

iii. Observam-se grandes deficiências nos aspectos de administração e manejo de solos e águas, do ponto de vista agrícola, bem como da própria produção.

iv. Há organização e descapitalização da empresa agrícola em geral, sofrendo os efeitos de uma estrutura fundiária defeituosa e de baixo nível tecnológico.

v. Baixa produtividade agrícola em geral, apresentando, para a maior parte das explorações, indices de produtividade inferiores às médias brasileiras.

vi. Mais de 90% da área é cultivada com as lavouras tradicionais mais comuns: milho, algodão, feijão, arroz, cana-de-açucar, mandioca e mamona.

vii. A agricultura no Nordeste é uma operação de mineração: desmatamento e lavrantio do solo até esgotar a sua fertilidade, com posterior abandono à vegetação nativa.

viii. No setor secundário têm predominância a industria de pequeno porte, geralmente dedicada á transformação de produtos agropecuários.

ix. Sistemas precários de comunicações e transporte, de modo geral, tanto em quantidade quanto em qualidade, constituindo sério obstáculo à comercialização agrícola.

x. Deficiente infraestrutura educacional

xi. A maioria das unidades de produção são pequenas. As fazendas menores do que 10 hectares - com média em torno de 3 hectares - constituem por volta de 55% do número total de fazendas, mas menos de 40% da área total de fazendas. Mais de 90% delas são de menos de 100 hectares, tendo em média menos de 34 ha de área e constituem por volta de 25% da área total de fazendas. Na faixa média de tamanho de 100 a 1.000 ha, representam por volta de 9% do total das propriedades e cerca de 46% do total da área de terra. As restantes, de tamanho acima de 1.000 ha, constituem menos de 1% do total de propriedades e cerca de 25% da área total de fazendas.

xii. A maioria das fazendas constitue uma mistura de empreendimentos: combinações de várias criações animais, lavouras de campo, lavouras especiais e horticultura.

xiii. Falta de experiência em irrigação.

xiv. Carência de estrutura orgânica eficiente para a operação e manutenção das infraestruturas hidráulicas, assim como a utilização racional dos recursos de água e solo.

xv. A quase totalidade da área agricola está sujeita ao regime de agricultura de sequeiro, sendo que um 56% dessa área está incluida no "Polígono das Secas", ou seja, com regime pluviométrico insuficiente para a agricultura, desequilibrio hídrico, má distribuição das precipitações e longos periodos de estiagem, alternados com chuvas torrenciais.

xvi. Grau de dependência que tem toda a região à margem esquerda do São Francisco - região do Além São Francisco- com os estados de Centro-Oeste e Centro-Sul do Pais; sendo assim uma grande área perisférica que permaneceu até o fim da década de 60 como uma reserva territorial, sendo hoje objeto de uma grande corrida pela disputa da propriedade de terra.

xvii. Grande vazio demográfico e predominância de uma economia quase de subsistência, motivada pela distância e precariedade dos meios de comunicação com relação aos principais centros econômicos do Pais.

xviii. Detenção e concentração das terras em mãos de grupos econômicos ou grandes fazendeiros, expulsão gradativa e acelerada dos tradicionais ocupantes, decadência da agricultura de base alimentar e a indiscriminada expansão da pecuária em criatórios extensivos.

xix. A vinda dos empresários de outras regiões do Pais, redefiniu o Vale, tanto em sentido de valorizá-lo, como na introdução de uma nova ordem com base nos critérios institucionais da propriedade rural, nos mecanismos que legalizam a apropriação. Trata-se de fato, da expansão do capitalismo sobre uma região ainda não efetivamente incorporada ao sistema.

xx. Utilização predatória dos recursos naturais e o enfraquecimento de uma agricultura já desenvolvida, com o agra -

vante da expulsão de grandes contingentes rurais para os centros urbanos do Pais.

xxi. O modelo agrícola que se configura no Vale do São Francisco, tem por característica intrínsica o favorecimento da grilagem (invasão e apropriação indébita de terras), do grande proprietário e da expansão da pecuária em detrimento da agricultura. As conseqüencias extrapolam os límites regionais, afetando à economia nacional, tanto pela ausência de oferta de produtos agrícolas, como pela inibição de um significativo mercado potencial necessário à expansão da industrialização.

xxii. Impedimento da participação dos pequenos produtores nos programas governamentais para o desenvolvimento regional, face as garantias para os compromissos bancários, o distanciamento entre os valores de avaliação bancária das terras e benfeitorias dos valores reais de mercado, a falta de capitais, as irregularidades na documentação das terras, o baixo poder reivindicatório e as barreiras culturais.

xxiii. O antagonismo existente entre a estrutura do setor agrícola e o processo da industrialização, impede alcançar o estágio de interdependência e complementariedade en torno do objetivo de desenvolvimento socio econômico.

xxiv. A falta de adequação à infraestrutura social e fisica de modo geral e, às necessidades dos produtores agrícolas de baixa renda, de modo especial, dos mecanismos de execução dos programas de apoio à agricultura, tanto as agências financiadoras de repasse, como os serviços técnicos de assistência. Nesse sentido, não existe no momento qualquer programa de pesquisa, extensão rural, crédito agrícola, abastecimento e/ou nutrição alimentar, comercialização a nível de atacado ou varejo, organização cooperativa, preço mínimo, interiorização de informações de mercado, armazenamento, etc., que seja específico para as áreas irrigadas, ou contemple o papel fundamental das áreas irrigadas, no processo de expansão das fronteiras agrícolas no Vale do São Francisco.

xxv. Estradas precárias, ligando os centros de produção ás redes municipais e/ ou ás estradas intermunicipais.

xxvi. Pequena disponibilidade de insumos produtivos, prin

cipalmente em função da distância aos centros de produção.

xxvii. A tipologia de produção, arraigada a principios tradicionais dificulta o trabalho de extensão rural em modificar padrões herdados de gerações sucessivas. Além disso, a extensão rural e pouco eficiente pela insuficiência de recursos humanos e por ser recente sua atuação, em muitos casos.

xxviii. Déficit de pessoal técnico e de mando médio com experiência em manejo de projetos irrigados.

xxix. Comercialização deformada e pouca lucrativa em relação ao produtor, em virtude das inúmeras intermediações sofridas.

xxx. Carência de uma estratégia de comercialização para o desenvolvimento rural de áreas restringidas.

1.2. Ação do País para resolver o problema.

1.2.1. Ações principais.

As principais ações visando resolver a relativa estagnação do desenvolvimento do Nordeste, de modo geral e, de modo específico, do processo de expansão das fronteiras agrícolas no Vale do São Francisco, são incumbência do Ministério do Interior , a nível de Governo Federal; orientando-se a prioridades no sentido de fortalecer o desempenho deste setor e de complementar o esforço realizado no campo da industrialização, dadas as possibilidades que a Região apresenta em termos de transformação de matérias-primas de origem agrícola e pecuário.

Esses programas estão atentos às dificuldades relativas a melhor utilização da terra, pelos aspectos de natureza fundiária, e a superação de obstáculos de natureza climática, cientes, ao mesmo tempo, do papel que o setor agricola desempenha na dinamização das atividades produtivas dos setores secundário e terciário. Procurando-se combinar, de forma gradativa, as potencialidades das diferentes áreas com as necessidades da Região, encontram-se em execução os seguintes programas: 10, 11, 12

i. Programa de Irrigação. A irrigação no Nordeste coincide, de certa forma, com os trabalhos de armazenamento de água em médias e grandes barragens, realizados pelo DNOCS e as instituições que o antecederam. Mas começou a passar por fase mais dinâmica somente em 1970, com a instituição

do Programa de Integração Nacional (PIN). A partir da implementação do II PND 1975-79, a ação institucional começou a dispor de instrumentos adequados para a execução de projetos mais amplos no campo da agricultura irrigada, expressos particularmente pela disponibilidade de recursos financeiros e informações socio econômicas mais precisas sobre as condições de solo e água prevalecentes na Zona Semi-Árida do Nordeste e no Vale do São Francisco. Importa ressaltar que o aproveitamento integral dos recursos de água e solo, visa possibilitar, além da implantação de sistemas de irrigação em pequena e grande escala, a exploração de atividades agrícolas de sequeiro nas áreas circunvizinhas. A associação lavoura irrigada lavoura seca, de acordo com as experiências em curso, poderia desempenhar papel de relevante significado na implementação da estratégia de desenvolvimento agrícola concebida para a região.

O Programa de Irrigação do Nordeste compreende 57 projetos, dos quais 37 se localizam na Zona Semi-Árida, sob a responsabilidade do DNOCS; ao passo que os 20 projetos restantes, situados no Vale do São Francisco, estão a cargo da CODEVASF. Os primeiros são concebidos de modo a possibilitar o assentamento de um número significativo de familias de irrigantes. Para isso, o perimetro irrigável é limitado e, sua estrutura fundiária interna, subdividida em lotes familiares, com área média de 2 a 3 ha, sobre a qual é implantada toda a infraestrutura hidráulica de irrigação e de apoio às atividades sociais e de serviço. À superficie irrigada são agregadas áreas de cultura de sequeiro, complementando a atividade produtiva do colono, que passa a dispor de um lote irrigável e de um lote de área de sequeiro.

Os projetos de irrigação do Vale do São Francisco, a cargo da CODEVASF, estão diretamente ligados à melhoria da infraestrutura física e social do Vale, mediante a implantação de sistemas produtivos com base em projetos de pequenas e médias empresas, em projetos de colonização e até mesmo em grandes complexos agroindustriais.

Os programas a serem executados no Vale, no periodo 1975-79, foram concebidos de forma a atender os seguintes objetivos:

- Expansão da fronteira agrícola regional;
- Aumento da produção e da produtividade agro-

pecuárias nas áreas prioritárias selecionadas.

Esses programas tentarão:

- O fortalecimento da infraestrutura regional;
- A correção progressiva das desigualdades regionais de renda, contribuindo ainda para o alargamento das relações entre o sistema socio econômico do Vale com outras regiões.

Na politica de desenvolvimento para o Vale, a irrigação constitue um dos suportes básicos das atividades produtivas a serem exploradas. A execução da ampla programação prevista, cobrindo o campo da lavoura irrigada, requere contudo a montagem de uma infraestrutura de apoio aos programas de irrigação. Dessa forma, o programa obedece ao seguinte esquema:

- Implementação direta do programa de irrigação a cargo do setor público e assistência técnico-financeira ao do setor privado;
- Execução de outros programas de desenvolvimento integrado nas áreas prioritárias;
- Coordenação da ação de outros organismos públicos e privados, a nivel federal, estadual e municipal, em programas e/ ou projetos complementares de apoio.

ii. Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (POLONORDESTE). Criado em 20/10/74, contempla nova estratégia de desenvolvimento agrícola, buscando transformar as condições de produção e de bem-estar do campo em áreas selecionadas em função de suas potencialidades edafo-climáticas , ou de sua importância demográfica. O Programa apóia-se na necessidade de levar em consideração, simultâneamente, aspectos físicos, econômicos, sociais, organizacionais e políticos da Região, conduzindo suas linhas de ação de maneira a integrar a indústria e os serviços à agricultura.

iii. Programa de Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste. Foi criado em 1974, objetivando a geração e a diversificação de complexos agroindustriais. Nesse sentido, seria concedido à iniciativa privada apoio ao financiamento de:

- Inversões fixas e/ ou capital de trabalho da parte industrial das agroindustrias;
- Inversões fixas e/ ou capital de trabalho da parte agropecuária das agroindustrias;
- Inversões fixas e/ ou capital de trabalho de empresas agropecuárias fornecedoras de matérias-primas para as

agroindustrias;

- Gastos com assistência técnica às empresas beneficiadas pelo programa.

O Programa de Desenvolvimento da Agroindustria do Nordeste constitui importante instrumento de dinamização das atividades agrícolas e pecuárias em curso na Região. Funciona como suporte do Programa de Irrigação, pelas possibilidades que oferece à transformação das matérias-primas que estão sendo produzidas nos projetos em operação no Nordeste Semi-Árido e no Vale do São Francisco. Na medida em que os PDRIs do POLONORDESTE começam a apresentar resultados, em termos de produção agropecuária, os empreendimentos agroindustriais tenderão também a se ampliar.

iv. Programa de Apoio e Fortalecimento ao Desenvolvimento da Região Semi-Árida (Projeto Sertanejo). Criado em 23/8/76, tem por finalidade o fortalecimento da economia das pequenas e médias unidades de produção agropecuária da região semi-árida do Nordeste brasileiro, tornando-as mais resistentes aos efeitos das secas.

Buscando a remoção dos principais obstáculos que se contrapõem ao desenvolvimento e fortalecimento da agricultura da Região Semi-Árida do Nordeste, o Projeto Sertanejo enfatizará ações orientadas para os seguintes pontos:

- Formação de reservas de água;
- Intensificação da produção irrigada;
- Economia do uso de água;
- Fomento à agricultura seca;
- Intensificação da produção pecuária;
- Conservação e melhoria do solo;
- Reorganização da estrutura fundiária;
- Prestação de assistência técnica;
- Prestação de assistência financeira;
- Aperfeiçoamento do sistema de comercialização e cooperativismo.

v. Programa do Trópico Semi-Árido. Integra o II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT), consoante diretrizes estabelecidas no II Plano Nacional de Desenvolvimento. Foi criado em 19/11/74, com o propósito de coordenar e estimular a contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento econômico e social da Zona Semi-Ári-

da do Nordeste, e para o adequado conhecimento e controle de suas características ecológicas.

O Programa do TSA, como componente dos "Programas Regionais Integrados" do II PBDCT, constitui um dos segmentos da Subcomissão de Desenvolvimento Social da Comissão Permanente do PBDCT, cujas atividades previstas são a seguir mencionadas:

- Pesquisa sobre agricultura de sequeiro;
- Pesquisa sobre pecuária;
- Pesquisa sobre irrigação e drenagem;
- Pesquisa sobre meio-ambiente.

1.2.2. Ações concorrentes previstas.

Os trabalhos em andamento no Nordeste conformam-se à estratégia definida pela SUDENE para o periodo 1976 - 1979, consoante à orientação do II PND em seus objetivos globais e regionais, objetivando: (1) promover a integração do Nordeste ao processo de desenvolvimento do Pais; (2) reduzir as disparidades inter-regionais de renda, e (3) assegurar, ao longo do processo de evolução econômica, crescente melhoria da qualidade de vida da população do Nordeste.

Setorialmente. as diretrizes orientam-se para a concentração de esforço na agropecuária e na industria regional, garantindo a integração desses dois setores, e para a ampliação da oferta de serviços sociais, sobretudo de educação e capacitação de mão-de-obra.

Os principais programas concorrentes às ações já descriptas, são as seguintes:

a) Especificos do Nordeste. [13]

i. Programa de Desenvolvimento Industrial. Medida definida pela EM Nº 017, de 6/11/74, confere ênfase especial à formação de complexos industriais integrados, à implantação de pólos agroindustriais e a execução de ações orientadas no sentido de promover a complementariedade e a diversificação do setor industrial da Região. O objetivo da estratégia de industrialização do Nordeste, deve consistir no estabelecimentos de diretrizes para a consolidação da base industrial existente e para a elevação da sua eficiência e compatibilidade.

ii. Programa de Desenvolvimento Social.

Medida definida pela EM Nº 002, de 21/11/74. Objetiva-se a expansão das oportunidades de emprego a uma taxa nual acima dos 4% , significativamente superior a do crescimento da população econômicamente ativa (2,9%). Com isso,aspira-se à criação de mais de dois milhões de novos empregos no quinquenio, medida a ser complementada com a implantação de uma rede de agências de colocação, conjugada com um sistema de informação sobre oferta e demanda da mão-de-obra.

O programa pretende reduzir a taxa de analfabetismo até 1979. Prevê-se, concomitantemente , a promoção da expansão do ensino de primeiro grau para reduzir o déficit de atendimento escolar e os índices de evasão e repetência. No treinamento profissional, a meta é qualificar cerca de seiscentos mil trabalhadores no quinquenio.

Destaca-se o Programa Especial de Saúde e Nutrição, para populações rurais e de pequenos centros urbanos, com enfase na instalação de mini-postos de saúde para prestar um serviço de medicina simplificada, além de um reforço ao programa de merenda escolar.

iii. Programa de Crédito. Consiste na contribuição das entidades bancárias que funcionam na Região, para o apoio de programas especiais, como o Polonordeste, o de Irrigação e o Projeto Sertanejo. Trata-se, portanto, de suporte adicional que prestam ao desenvolvimento regional, uma vez que esses bancos já concedem financiamento a juros subsidiados aos produtores agrícolas da Região. 14, 15, 16

i. Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento (SINAC).Age em beneficio de Setor Agricola através de programas especiais de distribuição de alimentos do INAN, MINTER, GEACAP e CNAE, assim como dos Mercados Expedidores Rurais, localizados em regiões de grande produção agricola e atuando como um mecanismo de aproximação entre essas regiões e os mercados consumidores, eliminando custos desnecessários aos agentes da comercialização.

ii. Programa de Financiamento de Pré-comercialização a Produtores de Baixa Renda. Institui um programa de financiamento de pré-comercialização à cooperativas, CIDAs e associações de produtores, visando canalisar para esses agen

tes o excedente de pequenos produtores, para posterior realização de FGF ou AGF.

A justificativa do programa está nas diversas evidências que tem-se acumulado mostrado que os instrumentos atuais de politica agricola não tem atingido os grupos de baixa renda na agricultura. Essas evidências sugerem que instrumentos que visem aumentar a barganha do produtor nas transações de venda de seu excedente no mercado, sobretudo que promovam a maior competividade desse mercado, atuem em um dos fatores determinantes de sua situação de renda.

iii. Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (PROHORT). Consistirá de uma conjugação de esforços em termos de pesquisa, experimentação e assistência técnica, tanto para produção quanto para comercialização de produtos hortigranjeiros, aliado ao crédito orientado de custeio, investimento e comercialização, contando também com o desenvolvimento de uma infraestrutura básica (armazenamento, preços de suporte, informação de mercado, estradas vicinais, etc.). O programa objetiva: (a) modernização da produção de produtos hortigranjeiros, com vista a aumentos de produtividade e incrementos da produção; (b) modernização do sistema de comercialização (segmentos produtor, atacado e varejo) objetivando maior eficiência no sistema, com menores margens de comercialização, constância de abastecimento, produtos de boa qualidade e preços mais estáveis ao consumidor; (c) obtenção de outros aspectos desejáveis no sistema de produção e comercialização, como: (I) fixação de trabalhadores na área rural, pela ampliação do nivel de emprego e melhoria da renda do sub-setor; (II) maiores opções no aproveitamento das áreas minifundiárias do Pais; (III) estabelecimentos de programas integrados de produção e comercialização de produtos hortigranjeiros em novas regiões, visando o abastecimento dos grandes centros populacionais; (IV) fortalecimento dos setores privados, agricultores, cooperativas e agroindustriais, para quem a atividade hortigranjeira representa importância direta e necessita alcançar um maior desenvolvimento.

c) Estaduais. [17]

i. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado do Além São Francisco. Procurará oferecer um instrumento que contribuirá para a transformação do quadro socio-eco

nômico daquela região, buscando integrá-la mais efetivamente à economia do Estado da Bahia.

Nessa programação de ações a nivel estadual, foram seguidas as diretrizes do POLONORDESTE, que objetivam o desenvolvimento rural integrado em áreas do Nordeste, bem como utilizados outros subsídios para orientar toda a ação do Governo da Bahia, considerando a localização espacial, as potencialidades e os meios de comunicação, visando a incorporação de áreas que se mantêm na condição de periféricas.

O Além São Francisco, abrangendo as Regiões Administrativas de Barreiras e Santa Maria da Vitória, é uma das áreas mais importantes para o desenvolvimento do Estado. A região em questão é composta por 23 municipios que se distribuem por uma superficie de 147.825 $km^2$, abrigando 459.125 habitantes. Representa 26% do território e 5,3% da população da Bahia.

Os projetos propostos objetivam a racionalização, modernização e elevação da produtividade e do volume de produção das lavouras alimentares tradicionais: arroz, feijão e milho; o desenvolvimento e introdução de novas culturas e procedimentos agrícolas; a organização espacial da região através da dotação de seus núcleos urbanos e implantação de infraestrutura física e social necessária à articulação entre os projetos produtivos e de apoio; capacitação de recursos humanos, para dinamizar a economia regional e levar os padrões de vida das populações do campo e dos núcleos urbanos.

1.2.3. Ações concorrentes não previstas.

Os programas e ações vigentes no Pais, se específicos para resolver o problema, não sempre prestam atenção à totalidade de fatores que nele incidem. Se concorrentes, podem também não ter uma aplicação adequada às condições que tem gerado o problema, ou aos fatores que poderiam resolve-lo . Tal o caso das áreas irrigadas, por exemplo. Não existe no Pais uma política; uma estratégia ou uma ação específica de pesquisa agricola, extensão rural, armazenamento, comercialização, preços agricolas, crédito, desenvolvimento rural integrado, etc ., imaginada para operar exclusivamente na realidade dos projetos irrigados, ou para transformar esses projetos irrigados nos instrumentos poderosos do processo de expansão das fronteiras agricolas, criando assim as condições ao desenvolvimento do Nor

deste, a nivel de economia agrária.

Não existe, aliás, qualquer ação correspondente a uma estratégia de comercialização para o desenvolvimento rural, e sim apenas um sistema nacional de abastecimento agrícola, ou seja, voltado para as necessidades de consumo da população brasileira.

Essa lacuna de ações adicionais, ainda não previstas para concorrer à solução do problema, está sendo preenchida em parte, pelo Programa de Análise e Promoção de Mercado (PROAMER) [18], cuja estratégia visa melhorar a posição negociadora e o nivel de renda do pequeno produtor agricola associado à empresa cooperativa de produção nas áreas irrigadas do Nordeste.

Assim,o PROAMER tem entre seus objetivos básicos a formulação de estratégias de comercialização, visando principalmente:

a) Fornecer elementos aos produtores e suas organizações, que possibilitem a tomada de decisões mais conscientes nos processos de produção e venda, assim como a organização da comercialização segundo as oportunidades e restrições dos mercados, através de uma programação ordenada da oferta agricola;

b) Elevar a participação dos recursos externos provenientes da comercialização, na capitalização da empresa agricola cooperativa, tendo em vista o desenvolvimento integral das áreas irrigadas;

c) Incentivar a dinamização da produção agricola das áreas irrigadas, de maneira a contribuir para o aumento do nivel de renda dos pequenos produtores agrícolas;

d) Contribuir para o crescimento do poder aquisitivo da população nas áreas irrigadas, ampliando a capacidade de demanda local e regional pelos produtos agrícolas e industriais, bem como pelo setor serviços.

1.3. Organização institucional para resolver o problema.

1.3.1. Identificação dos organismos responsáveis da execução das ações do Pais.

São executores das ações previstas no Pais, os seguintes organismos:

A- Ações principais . [19]

a) Programa de Irrigação do Nordeste.

i. Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido: Departamento Nacional de Obras Contras as Secas (DNOCS).

ii. Programa de Irrigação do Vale do São Francisco: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF).

b) Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste: Apoiado na filosofia de desenvolvimento rural integrado , o POLONORDESTE compreende estreita articulação entre as instituições federais e estaduais envolvidas na promoção do desenvolvimento agrícola. Nesse sentido, foi criado um Grupo Especial de Coordenação e Acompanhamento, com sede em Brasília, e formado por representantes da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, Ministério da Agricultura e Ministério do Interior, uma Coordenadoria Especial, vinculada à SUDENE, e Grupos de Administração dos Projetos, a nivel local. O Ministério da Agricultura, através das Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs), da EMBRATER, da EMBRAPA, da COBAL, da CIBRAZEM e do INCRA, está prestando decisiva colaboração às unidades de coordenação local, ao mesmo tempo em que reforça as ações de apoio à produção.

c) Projeto SERTANEJO: O DNOCS e os governos estaduais são os principais órgãos executores, competindo à SUDENE a coordenação, a supervisão e o acompanhamento do Programa a nível regional. Também conta o programa com a participação executiva da CODEVASF, do INCRA, da EMBRATER,da EMBRAPA e das cooperativas.

e) Programa do Trópico Semi-Árido: É coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em articulação com a SUDENE. Na execução do programa atuam diversas entidades públicas e privadas, conforme esquema a seguir:

| NIVEIS | ORGÃOS |
|---|---|
| Estratégico | CNPq - SUDENE |
| | Comissão CBPq-Minter-MA-MME |
| | EMBRAPA - CODEVASF - DNOCS |
| | IBDF - CPRM - Universidades |
| Operacional | Governos Estaduais |
| | Centros e Institutos de Tecnologia |
| | SUDENE - DNMET |
| | Outros Órgãos |

Comissão Regional CNPq - SUDENE

Gerencial Comitê Assessor

CNPq - SIP - TSA

B- Ações concorrentes previstas.

a) Específicos do Nordeste . [20]

i. Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste : O mecanismo dos incentivos fiscais e financeiros é administrado pela SUDENE e pelo BNB, de acordo com a EM Nº 017, de 6/11/74, a que também define a atuação do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), e de outros organismos regionais e nacionais. Pelo Decreto-Lei Nº 1.376 de 12/12/74, foi aprovada a Reformulação do Sistema de Incentivos Fiscais e Criação do FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste).

ii. Programa de Desenvolvimento Social: Foi definido pela EM Nº 002, de 21/11/74 e contempla esforços específicos dirigidos no sentido de reduzir as desigualdades intra e inter-regionais, preparando os núcleos urbanos, de diferentes portes, para o esforço de desenvolvimento econômico e social, evitando a adoção de medidas voltadas para a solução de problemas especificamente intraurbanos. Compreende:

- Programa de Saúde, coordenado pelo Grupo Executivo Interministerial, constituido de representantes dos Ministérios da Saúde, Previdência e Assistência Social, Interior e da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, sob a coordenação do primeiro.

- Programa de Saneamento Básico, executado pelo BNH.

- Programa de Habitação, também a cargo do BNH.

iii. Programa de Crédito: As principais ações são executadas pelo Banco do Brasil S.A. (BB), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e pelo BNDE.

b) Federais, não específico do Nordeste. [21]

i. Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento: No que tange a programas de distribuição de alimentos e

operacionalização de mercados expedidores rurais, tem a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) como órgão coordenador e os Estados e Municípios como participantes.

ii. Programa de Financiamento a Produtores de Baixa Renda: Foi instituido pelo Conselho Nacional de Abastecimento (CONAB) e determina uma ação integrada da EMBRATER, o INAN/PRONAN (Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição/Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), e a COBAL; atuando como agentes financeiros o BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo) e as CIDAs) (Companhias Integradas de Desenvolvimento Agrário). Os recursos do programa são fornecidos pelo INAN E POLONORDESTE.

iii. PROHORT: A sua implantação e acompanhamento deverá ser feita por uma Comissão Especial de Coordenação - Acompanhamento, integrada por representantes das áreas do setor público envolvidas, tendo no Ministério da Agricultura sua coordenação. Participam do programa os seguintes órgãos: ATE, BNCC,CFP, CIBRAZEM, COBAL, CONCREP, Secretaria de Abastecimento do MA, EMBRAPA, EMBRATER, SUNAB e SUPLAN. A ação do Ministério da Agricultura e suas vinculadas, se articula com Secretarias Estaduais de Agricultura e Cooperativas Agrícolas.

c) Estaduais. [22]

i. Programa do Além São Francisco: É coordenado pela SEPLANTEC (Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia) e o órgão subordinado CEPLAB (Centro de Planejamento da Bahia). Para execução dos projetos, serão envolvidos os orgãos de Extensão Rural, Engenharia Rural, Crédito, Regularização de Terras, Defesa Sanitária Animal, Pesquisa e Produção de Sementes Básicas, e Abastecimento e Comercialização de Insumos; ou seja, respectivamente: EMATERBA (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Bahia), CERB (Cia. de Engenharia Rural da Bahia) e CODEVASF; Banco do Brasil e BANEB (Banco do Estado da Bahia), INTERBA (Instituto de Terras da Bahia) e Secretaria de Justiça do Estado, GECOFA/GERFAB (Grupo Executivo do Controle da Febre Aftosa/Grupo de Erradicação da Febre Aftosa da Bahia) , EMBRAPA/EPABA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária/Empresa de Pesquisa Agropecuária da Bahia), CAMAB (Cia. de Adubos e Materiais Agricolas da Bahia) e CIBRAZEM/CASEB (Cia. Brasileira de Armazenamento/Cia. de Armazéns Gerais e Silos do Estado da Bahia).

C- Ações concorrentes não previstas. Pelo mesmo motivo de se identificar com um tipo de ação não prevista nos programas do Pais, o PROAMER [23] está em vias de definir a sua institucionalização. Ele corresponde, na prática, a uma ação inter-institucional da CODEVASF, o DNOCS, a COBAL e a SUDENE - com assessoramento do IICA - e sendo executada através de uma Coordenação Geral, integrada por representantes desses orgãos, com atribuições específicas de coordenar, planejar e avaliar a ação das entidades participantes; equipes regionais, com tarefas de pesquisa e análise, sediados em Brasilia, DF, Salvador , BA, Recife, PE e Fortaleza, CE; uma Secretaria Executiva, com funções de acompanhamento e controle do programa e de elo centralizador entre Coordenação Geral e Equipes Regionais; finalmente, um representante do programa no perímetro irrigado - Promotor/Assessor encarregado da execução nesse nivel.

Nas ações governamentais em curso, poder-se-iam sinalizar algumas duplicações e omissões, no que diz respeito as áreas geográficas quanto que de tipo institucional. Assim, por exemplo, o programa na área de desenvolvimento integrado, complementar do programa de irrigação no Vale do São Francisco - sob a responsabilidade da CODEVASF - tanto como os programas de apoio a esses dois acima mencionados, poder-se-iam interpretar como duplicações potenciais de planejamento, no melhor dos seus aspectos; ou, na praxe, vir a comportar vácuos de planejamento e/ ou execução. Isto assim, porque a CODEVASF exerce uma ação tão totalizante no Vale do São Francisco, que reclama de um cuidadoso até complexo planejamento da coordenação, para se integrar na programação dos governos estaduais e com os órgãos regionais e setoriais que atuam nessa região.

1.3.2. Explicação da forma cada organismo vincula-se às ações do Pais; e descrição do que faz cada um deles.

i. DNOCS [24]

Dos 57 projetos do Programa de Irrigação do Nordeste, 37 se localizam na Zona Semi-Árida e estão sob a responsabilidade do DNOCS. Com a execução desses projetos, espalhados num espaço de 860.000 $km^2$ (52% da área do Nordeste) que abrigara em 1970 uma população correspondente a 12 milhões de pessoas (41% de total regional), o DNOCS deverá elevar até 1979, para 90.000 ha as áreas dos perimetros de irrigação - expressas

pelas parcelas de terra ocupadas com obras de infraestrutura (canais, diques, drenos, núcleos habitacionais e de serviços, estábulos, estradas, etc.) - as áreas efetivamente irrigadas ou em operação e as também utilizadas em lavouras irrigadas, mas que podem se encontrar num determinado periodo em pousio ou descanso.

As principais metas a alcançar até o final de 1979, podem ser assim quantificadas:

- Elevar para 59.000 ha a superficie agrícola útil (SAU) implantada;
- Aumentar para 57.000 ha a superficie agricola útil (SAU) irrigada ou em operação;
- Incorporar ás áreas irrigadas 184.000 ha de áreas de sequeiro;
- Promover o assentamento de 13.000 famílias, ou seja, 82.000 pessoas aproximadamente.

ii. CODEVASF. [25]

Os 20 projetos restantes do PIN, situados no Vale do São Francisco, estão a cargo da CODEVASF, cujo espaço de atuação já foi descripto.

O aproveitamento integrado dos recursos de água e solo do Vale, para fins agricolas e agroindustriais, sob o regime de irrigação, vem sendo realizado pela CODEVASF, em estreita colaboração com a iniciativa privada. Os estudos realizados indicam possibilidades de aproveitar na área cerca de 3 milhões de hectares de terras agricultáveis, dos quais 500.000 ha são potencialmente irrigáveis. Os programas de irrigação que a CODEVASF está executando nessas áreas não se limitam, entretanto, à exclusiva implantação de obras hidráulicas, pois contemplam, além disso, atividades que complementam e aprofundam o significado econômico e social dos projetos de agricultura irrigada.

A programação de médio prazo da CODEVASF prevê o aproveitamento, com base na irrigação, de uma área de 238.707 ha, dos quais 61.932 ha (25,9% do total) serão exploradas para fins de colonização. Essa área será distribuida com 11.134 colonos; o que significa atribuir a cada colono, lotes com superficie médias de 5,56 ha. Os 176.775 ha (74,1% do total) restantes, serão objeto de exploração por pequenas, médias e grandes empresas agrícolas e agroindustriais.

As metas da CODEVASF, no horizonte do II PND (até 1979), podem assim ser expressas:

- Elevar para 54.278 ha a superficie agrícola útil (SAU) implantada;
- Aumentar para 50.650 ha a superficie agrícola útil (SAU) irrigada;
- Promover o assentamento de 5.195 familias.

Na área de Desenvolvimento Integrado, pretende-se realizar um programa baseado no seguinte elenco de projetos:

- Colonização, articulado com o INCRA;
- Cooperativismo, articulado com a SUDENE;
- Inseminação artificial, articulado com EMBRAPA;
- Aumento da oferta de água e de alimentos para o rebanho, com SUDENE e Secretarias de Agricultura dos Estados;
- Formação de centros pecuários (SUDENE e SAs),
- Formação de plantel reprodutor(SUDENE e SAs);
- Suinocultura (SUDENE e SAs);
- Avicultura (SUDENE e SAs);
- Desenvolvimento da pesca (DNOCS);
- Sementes selecionadas (Empresários locais);
- Proteção à flora e a fauna (SUDENE);
- Reflorestamento (IBDF e SUDENE);
- Prospeção e avaliação de minérios (CRRM,DNPM' e SUDENE);
- Abastecimento de água (SUDENE , DAEs e Prefeituras);
- Esgotos sanitários (DAEs e Prefeituras);
- Manutenção de estradas vicinais (DERs).

Em apoio aos seus dois principais programas' irrigação e desenvolvimento integrado - a CODEVASF está realizando trabalhos ligados às seguintes atividades complementares às ' ações de sua responsabilidades direta:

- Mapeamento sistemático (SUDENE , MEx e IBGE)
- Geologia e geotécnia (SUDNE,DNPM e CPRM);
- Pesquisas pedológicas (SUDENE, Mex e IBGE);
- Topografia, desapropriação e cadastro (SUDENE, MEx e IBGE)
- Experimentação agrícola (EMBRAPA);

- Extensão rural (EMBRATER e associadas estaduais);
- Terminais telefonicas (Grupo TELEBRAS e associadas);
- Distritos agroindustriais;
- Ensino regular de primeiro grau, polivalente do segundo grau, de graduação superior e cursos de qualificação supletiva (SUDENE, Secretarias de Educação Estaduais e Prefeituras);
- Geração de energia hidro-elétrica (ELETROBRAS);
- Eletrificação rural (SUDENE, Empresas Estaduais);
- Avaliação de recursos hídricos (SUDENE, DNAE);
- Habitações urbanas (COHABs, SUDENE e URBS);
- Habitações rurais (SUDENE, COHABs e INCRA);
- Planejamento urbano (SUDENE e Fundação João Pinheiro);
- Vias urbanas (DERs);
- Iluminação pública (CEMIG e Prefeituras);
- Parques e jardins (INCRA) SAs e Prefeituras);
- Comercialização (SUDENE);
- Promoção do turismo (SUDENE e empresarios);
- Assistência médico-sanitária (SUDENE e Secr. Saúde);
- Controle de secas e inundações (SUDENE e DNOCS);
- Construção e manutenção de rodovias estaduais e federais (DERs E DNER);
- Construção e manutenção de estradas municipais (DERs);
- Construção de estradas vicinais (DERs e Prefeituras).

O total de recursos programados para o quinquenio 1975-79, nos termos do II PND, atinge o montante em torno aos US$ 900 milhões, dos quais 21% devem correr à conta

da CODEVASF, 21% sob a responsabilidade de outros órgãos federais, 39% deverá ser mobilizados pelos diferentes organismos estaduais, 5% pela SUDENE e 14% serão investimentos de responsabilidade dos empresários.

iii. POLONORDESTE. [26]

As intervenções atuais do Polonordeste se desenvolvem através de 31 projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), 4 Projetos de Colonização, 12 Projetos de Apoio ao Programa de Irrigação e Ações Complementares ao programa, a cargo da SUDENE e dos Governos Estaduais, relativas a treinamento e capacitação de recursos humanos, pesquisa no trópico semi-árido, apoio às equipes de coordenação regional e estaduais e pesquisas agropecuárias básicas.

Diversas agências internacionais de financiamento têm-se mostrado interessadas em conceder empréstimos para a execução de projetos do Polonordeste, motivadas pela potencialidade abrangente do programa no campo socio econômico, sobretudo, em relação à promoção dos pequenos e médios agricultores. Destacam-se nesse campo o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No que diz respeito ao setor de comercialização dos produtos advindos do programa, estão sendo mantidos entendimentos com a COBAL e a CIBRAZEM, buscando melhorar a articulação das unidades produtivas com os centros comerciais, utilizando-se com essa finalidade redes de armazenamento adequadas, bem como mercados expedidores localizados em áreas estratégias do meio rural, em estreita conexão com as Centrais de Abastecimento (CEASAs) situadas nas áreas metropolitanas do Nordeste.

A superficie total das áreas prioritárias do programa, cobre cerca de 500.000 $km^2$ (30% do Nordeste), abrangendo 515 municipios (36% do total regional), nos quais vivem 9 milhões de pessoas. Até 1979 espera-se poder alcançar as seguintes metas:

- Elevar de 35.000 para 100.000 o número de produtores rurais beneficiados pelo programa;
- Aumentar de 150.000 para cerca de 390.000 o número de familias atendidas pelos projetos de natureza social executados em função do programa.

iv. Desenvolvimento Agro-Industrial. [27]

A SUDENE e o BNB têm definido mediante convênio os esquemas de financiamento, bem como as prioridades para sua concessão, e as atribuições especificas e conjuntas das duas instituições. A aplicação dos recursos do BNB para cada projeto é proporcional à soma dos recursos da União e do PROTERRA (Plano de Distribuição de Terras e Agroindustrias do Nordeste). Os prazos para a concessão de financiamentos são fixados em função da capacidade de pagamentos das empresas, com prazos de carência que podem ser até três anos para os investimentos nas atividades industriais e de até seis anos para as atividades agricolas.

Os projetos aprovados com recursos do programa, visam sobretudo, à industrialização do tomate e de frutas tropicais, à produção de óleos vegetais, de laticinios e derivados, assim como a implantação de abatedouros avícolas e de industrias de embutidos e defumados.

v. SERTANEJO. [28]

A área de atuação do programa corresponde a Zona Semi-Árida do Nordeste, totalizando cerca de 850.000 $km^2$, representando 52% da superficie do Nordeste, e abrigando uma população superior a 12 milhões de habitantes, ou seja 41% da população regional.

A operacionalização do programa está baseada:

- Na criação de Núcleos, tomando como ponto de partida um centro prestador de serviços, especificamente voltado para a elaboração de projetos para a organização da produção e da comercialização agricolas, ao qual devem associar-se as unidades agropecuárias para que sejam convenientemente assistidas.

- Nas ações externas e internas exercidas pelos Núcleos junto às unidades de produção. A ação externa consistirá na atuação articulada dos serviços de apoio, envolvendo assistência técnica, crédito, oferta de insumos básicos, serviços de mecanização agricola, difusão de novos sistemas de produção, serviços de pré-processamento e de comercialização, serviços na área social, envolvendo educação rural, saúde simplificada, saneamento e desenvolvimento comunitário. A ação interna à unidade de produção estará voltada para a valorização da unidade produtiva, através do aproveitamento hidro-agricola de seus recursos naturais e de assistência direta ao produtor.

A população a ser beneficiada pelo programa compreende os seguintes estratos de produtores agricolas.

I-Trabalhadores sem terra (arrendatários, ceiros, ocupantes, etc.) e assalariados;

II-Pequenos proprietários;

III-Médios proprietários que disponham de estabelecimentos com áreas de até 500 ha, desde que apresentem possibilidades de valorização integrada de suas terras, com vista obtenção de maior resistência as secas e de maior utilização mão-de-obra;

IV-Proprietários de terras com áreas superiores a 500 ha, cujos projetos, aprovados pela SUDENE e pelo INCRA, proporcionem o acesso à terra aos trabalhadores dos extratos I II.

O programa prevê, durante o periodo 1976-79, a instalação e inicio de operação de 60 Núcleos. Admitindo-se que cada Núcleo terá capacidade de reorganizar, através da valorização hidro-agrícola, 200 propriedades por ano e prevendo-se que a assistência técnica continuirá sendo prestada às propriedades reorganizadas e assistidas nos anos anteriores, o programa ensejará, até 1979, a reorganização de 12.000 unidades de produção agrícola, além de 28.200 propriedades assistidas. Sintetizando, o programa deverá beneficiar diretamente uma população estimada em cerca de 292 mil pessoas, proporcionando uma oferta de 126,9 mil empregos diretos, além de incorporar ao sistema produtivo do Nordeste 1,7 milhão de hectares - dos 7 milhões de hectares correspondentes as áreas totais das propriedades beneficiadas - nos quais estarão incluidos 84,6 mil hectares irrigados, 282 mil hectares de lavoura de sequeiro e 1, 41 mihão de hectares de pastos melhorados.

vi. TSA. [29]

Visando a dar cumprimento ao programa, o CNPq e a SUDENE tem celebrado convênio estabelecendo o esquema de ação a ser adotado. O Sistema Brasileiro de Pesquisas Agropecuárias apoia o programa. mantendo no Nordeste o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-Árido, com sede em Petrolina, PE;. o Centro Nacional de Pesquisa de Mandioca/Fruticultura, em Cruz das Almas, BA; o Centro Nacional de Pesquisa do Algodão, em Campina Grande, PB; e o Centro Nacional de Pesquisa de Caprinos, em Sobral, CE. Colabora, além disso, com quatro Empresas Estaduais de

Pesquisas Agropecuárias, situadas nos Estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão; com cinco representações da EMBRAPA, localizadas nos Estados de Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí, e com nove Unidades de Pesquisas de Âmbito Estadual (UEPAE), assim distribuidas: Barreiras-BA, Quissamã-SE, Penedo-AL, Itapirema-PE, Alagoinha-PB, Caicó-RN, Pacajus-CE, Teresina-PI e Bacabal-MA.

vii. Desenvolvimento Industrial. [30]

No que toca aos complexos industriais, a estratégia escolhida prevê a implantação - ou ativação - dos seguintes pólos e complexos industriais:

- Pólo petroquimico;
- Complexo quimico e de fertilizantes;
- Complexo eletro-metal-mecânico
- Pólo téxtil e de confecções;
- Pólo coureiro.

No tocante à diversificação e complementaridade do setor industrial, enfatizou-se no programa a necessidade de apoiar a expansão dos parques cimenteiros e de indústrias plásticas e de fibras sintéticas, assim como do programa de assistência à pequena e média empresa da Região.

O FINOR trouxe grandes vantagens para as pequenas empresas tipicamente regionais, beneficiando ainda os pequenos e médios empreendimentos industriais, que não tem condições de concorrer com as empresas maiores, particularmente em matéria de captação dos incentivos.

viii. Desenvolvimento Social. [31]

A política de desenvolvimento social para o Nordeste, na praxe prevê:

- Valorização dos recursos humanos: politica de emprego, educação e treinamento, saúde e nutrição, saneamento e habitação;
- Taxas anuais de crescimento do emprego de 4,5%, expansão prevista da demanda de 2,5% para as atividades secundárias;
- Criação de 2 milhões de novos empregos no quinquenio 1975/79 (30%) dos previstos para o Pais, excedendo em 500 a 600 mil o crescimento da mão-de-obra que afluirá ao mercado de trabalho;

- População econômicamente ativa de 11 milhões em 1979 (29% da do País), dos quais 47% no meio urbano (contra 42% em 1974).

No tocante a Saúde, salientam-se as ações do Programa de Interiorização das Ações de Saúde e Saneamento no Nordeste (PIASS), articulado com o Polonordeste e o FUNRURAL. Os trabalhos na área de Nutrição, contemplam a suplementação alimentar, segundo as diretrizes do PRONAN (Programa Nacional de Alimentação e Nutrição), e a recuperação nutricional.

Para a implantação do PIASS, foram assinados convênios entre os Ministérios integrantes do programa com os governos estaduais.

ix. Crédito [32]

As instituições bancárias que atuam no Nordeste tem aumentado suas aplicações em crédito especializado. O Banco do Brasil S.A. e o BNB, respondem por aproximadamente 70,1% dos recursos bancários aplicados na Região.

x. SINAC/MEs [33]

Os mercados Expedidores Rurais, são pontos de reunião de agentes de comercialização - produtores, representantes de cooperativas e comerciantes - para efeito de operações de compra e venda de produtos agrícolas. Pela sua implantação nas Zona de produção, permitem uma melhor coordenação entre os serviços de extensão de pesquisa e a organização da comercialização; oferecendo também melhores oportunidades para a implantação de processos de embalagens e de classificação, e estimulando o desenvolvimento de cooperativas e associações de produtores dentro da área de produção fornecendo-lhes a infraestrutura básica, necessária ao desenvolvimento das atividades de comercialização.

No atendimento dos programas especiais, CORAL distribui generos alimenticios e insumos básicos nas regiões atingidas pela seca e grandes enchentes, articulada com a SUDENE. Ela é ainda o orgão fundamental encarregado do pagamento do subsídio do leite.

xi. Produtores de Baixa Renda. [34]

Pela operação de financiamento de pré-comercialização, as cooperativas e demais beneficiários receberão recursos necessários para reunir o excedente de pequenos produtores, concorrendo com os agentes intermediários no comprometimento antec-

pado de sua produção e garantindo ao produtor uma remuneração pelo seu produto, a nivel pelo menos igual ao preço mínimo.

Os beneficiários da operação de adiantamento de pré-comercialização serão selecionados individualmente pela CFP (Comissão de Financiamento da Produção), de acordo com os critérios seguintes:

(1) Cooperativas que atuam ou possam atuar em áreas de concentração de pequenos agricultores, sem acesso à politica de preços minimos , caracterizados pelos seguintes fatores:

- Baixo ou nenhum uso de crédito institucional;
- Arrendatários, parceiros ou pequenos proprietários em unidades produtivas que variam, até 50 hectares;
- Excedente comercializável pouco significativo;
- Diversificação na exploração agricola;
- Baixo nivel de utilização de tecnologia adequada;
- Mão-de-obra essencialmente familiar;
- Baixo nível cultural e de bem-estar;
- Elevada intermediação nas transações de venda do produto e presença de vinculos do tipo "venda na folha" com intermediários.

(2) CIDAs, cooperativas ou associaciones de produtores que estejam diretamente integradas em Projetos de Baixa Renda desenvolvidos pela EMBRATER, pelo INAN, no âmbito do Polonordeste ou outro programa específico para pequenos produtores.

(3) CIDAs, cooperativas ou outras entidades vinculadas à agricultura em áreas de ocupação recente de fronteiras, cuja precariedade de infra-estrutura de comercialização impeça a execução da politica de preços mínimos.

Os recursos de adiantamento por conta desse programa serão limitados a um saldo rotativo de Cr$ 200.000.000,00 a serem aplicados no Norte-Nordeste e no Centro - Sul até a data máxima de 31/7/1979.

Os produtos objeto de operação incluem inicialmente feijão,milho,farinha de mandioca, arroz, sisal, algodão, juta, malva e guaraná.

Já foi dito que os recursos do programa

são fornecidos pelo INAN e POLONORDESTE ;e que o PNCC e as CEIAs atuam como agentes financeiros. Complementariamente, corresponde à EMBRATER e empresas associadas estaduais, elaborar os PPS (planos de produção simplificados), ao passo que a COBAL toma conta' da comercialização.

xii. PROHORT. [35]

O programa consistirá de uma conjugação de esforços em termos de pesquisa, experimentação e assistência técnica, tanto para a produção quanto para a comercialização de' produtos hortigranjeiros, aliado ao crédito orientado de custeio, investimento e comercialização; contando também com o desenvolvimento de uma infraestrutura básica (armazenamento, preços de suporte, informação de mercado, estradas vicinais, etc.).

As ações previstas nesse marco estão definidas pelas seguintes diretrizes programáticas e medidas instrumentais;

a) Diretrizes

i. Na área de produção:

- aumento da produção hortigranjeira
- incremento de produtividade;
- fortalecimento do setor cooperativo
- obtenção de produções em periodos ' de entressafra.

ii. Na área de comercialização:

- procura de uma maior e mais dinâmica organização;
- reduzir a intermediação e estimular' a produção de menores preços para o consumidor final;
- aumento de hortomercados e montagem' de uma linha de comercialização supletiva:
- aprimorar trabalhos de classificação e padronização;
- melhoria dos processos e técnicas de armazenamento e conservação,

iii. Na área de crédito rural:
- uso das linhas atuais de crédito, bem como recursos oriundos do fundo de redesconto seletivo.

b) Medidas

i. Na área de produção:
- assistência técnica à produção de hortigranjeiros através de EMBRATER e EMBRAPA e o sistema dos MER;
- pesquisa através de EMBRAPA.

ii. Na área de comercialização:
- assistência técnica à comercialização através de EMBRATER e suas associadas estaduais, de COBAL, CEASAs, SNIR e CIBRAZEM;
- Informação de mercado através do DIMAC, SIMA;
- Estrutura física e auxiliar através de CIBRAZEM, EMBRAPA e ITAL;
- Preços suporte e seguro através da CFP e PROAGRO.

iii. Na área de crédito rural:
- utilização do crédito rural educativo e/ou especial, através de cooperativas;
- criação de medidas especiais de crédito através do Sistema Nacional de Crédito Rural, destinado a custeio, comercialização, investimentos e fundiário.

xiii. Programa do Além São Francisco. [36]

Será efetivado através da implantação dos projetos produtivos e agropecuários, de apoio, de infraestrutura, e à medida que esses maturem, irradiará os efeitos positivos à população através de melhoria do nível tecnológico e consequente maior indice de produtividade das culturas e da mão-de-obra; melhor aproveitamento dos recursos humanos traduzido no incremento da taxa de empregos; aumento da produção das lavouras tradicionalmente cultivadas na área e introdução de novas espécies, gerando, além de maior excedente para as relações comerciais, a substitui-

ção de importações de outros produtos; melhor e mais racional uso dos solos; melhor assistência técnica aos produtores; melhoria na prestação de serviços através da ampliação dos equipamentos de educação, saúde, saneamento e crédito, e maiores facilidades de comunicação pela implantação de novas estradas, além de melhoramento nos trechos já implantados.

As metas mais genéricas do programa a serem alcançadas, estão enumeradas a seguir:

- Incremento de até 100% da fronteira agrícola atual de algumas culturas, a exemplo do arroz na sub-área de Santa Maria da Vitória e consequentemente aumento no volume de produção a níveis superiores devido ao uso de técnicas mais racionais;

- Introdução de novas culturas, testadas inicialmente nos 5 campos de demonstração que serão implantados com soja, sorgo, trigo, forrageiras, frutas tropicais, etc, numa área de 500 ha, sendo 200 ha na área de Formosa e 300 ha na de Santa María.

- Introdução na área de Santa Maria da Vitória, de 470 novos reprodutores de pura raça, 22.000 ha de pastagens melhoradas, construção de 470 silos e controle de doenças que mais atacam o rebanho, com a vacinação de todo o rebanho (cerca de 763.000 cabeças) no último ano do programa de (1979);

- Criação de 8.000 empregos ante a necessidade de maior número da pessoas para os projetos produtivos;

- Contratação de mais 15 agronômos, 21 técnicos agrícolas, 8 veterinários, 5 auxiliares de veterinário, 25 auxiliares rurais, 32 guardas sanitários, 5 tratoristas e 18 auxiliares de escritório para os projetos de apoio;

- Produção de 1.800 toneladas de sementes selecionadas;

- Treinamento de 1.310 lavradores;

- Abertura de 30 novos sistemas de abastecimento de água nas pequenas localidades rurais;

- Implantação de 526 km de estradas;

- Construção de 5 armazéns com capacidade de 50.000 sacas cada;

- Construção de 285 km de linhas de transmissão de energia e subestações.

xiv. PROAMER. 37

O programa está ainda na fase de institucionalização, por se tratar, precisamente, de uma ação concorrente não prevista nos programas vigentes. Sendo, em essência, uma estratégia para o desenvolvimento rural regional, ele parte da programação integrada da comercialização das ofertas consolidadas e compatibilizadas, geradas nos perímetros irrigados da CODEVASF , no Vale do São Francisco e do DNOCS, no Nordeste do Brasil; segurando seu alvo na consolidação da renda do produtor agricola dessas áreas. Assim, procura-se a sua compatibilização com as ações nacionais que respondem à estratégia setorial de abastecimento, tanto das populações quanto das industrias a se fornecer de matéria-prima de natureza agricola.

Consoante esses objetivos, o programa visa desenrolar medidas de curto e de médio prazo, através de equipes regionais incumbidos de atividades encaminhadas à consolidação das ofertas regionais, para assegurar um nível de abastecimento adequado aos requisitos da demanda.

Dentro os instrumentos de suporte do Programa, destaca-se o Projeto CSM (Central de Serviços de Mercado), cuja função principal será a de fornecer subsídios e elementos para a criação de um orgão central de cooperativas de produtores dos perímetros irrigados da CODEVASF e o DNOCS, na oportunidade de ser operacionalizada a participação das cooperativas no Programa de Análise de Promoção de Mercado. A CSM estará sediada em Recife-PE, com subsedes em Salvador-BA e Fortaleza-CE ; devindo cumprir estes objetivos:

(1) Sustentar uma estratégia de comercialização com as cooperativas:

(2) Habilitar as equipes regionais do PROAMER para a análise e a promoção de mercado;

(3) Levar às cooperativas,seja em forma direta ou através dos mercados expedidores rurais, os serviços de comercialização necessários ao melhoramento do abastecimento de insumos produtivos, e da promoção e organização da produção e da oferta.

1.4. Definição e natureza do problema que intenta resolver o Projeto.

1.4.1. Capacidade de ou dos organismos para elaborar e executar as ações do Pais.

As ações do Pais, se bem perfeita -

mente definidas, não constituem um conjunto harmônico e suficiente para resolver o problema já identificado. Em alguns casos, dase a situação de ações ainda num grau incompleto de formulação. No outros, encontram-se nos distintos órgãos que as executam , ações descoordenadas, repetitivas e ate contraditórias.

Essas instituições, consideradas individualmente tem, como no caso da CODEVASF, uma ótima capacidade de atendimento dos seus objetivos, suas metas e o seus programas operativos.

Na organização institucional descrita nos pontos 1.3., apenas dois orgãos, a CODEVASF e o DNOCS, tem estrutura para operar como corpos normativos de ações exclusivas e específicas. As restantes, são instituições executoras de ações programáticas discontínuas no espaço geográfico e no tempo, no alcance e na intensidade. Além disso, os procedimentos de programação tem sido tãos diferentes que não permitem na prática compatibilizar as ações do orgãos executores. Esse é uns dos problemas básicos que tem para superar, por exemplo, a POLONORDESTE, o Sertanejo, ou o PROHORT. No caso do programa de irrigação executado pela CODEVASF, este orgão não tem achado ainda o melhor caminho para aplicar nos seus projetos irrigados, os programas dos orgãos específicos de apoio a produção e a comercialização agricolas. E estes, aliás, também não tem desenvolvido uma metodologia operacional idônea para esses projetos.

Sendo um aspecto do problema, a comercialização das produções geradas nos perímetros irrigados, deve-se admitir que a CODEVASF e o DNOCS não são orgãos imaginados e/ou habilitados para definir, elaborar e pòr em execução uma estratégia de comercialização nas áreas irrigadas de suas incumbências. Por outro lado, existem esses outros orgãos habilitados para isso, mas sem condições programáticas para definir e elaborar uma estratégia de comercialização idônea ao desenvolvimento rural. Primordialmente, é patente a carência de ações integradas tendo em vista, além do aumento de produção, além do incremento de produtividade, além do abastecimento de produtos críticos ou nos periodos críticos de abastecimento-sejam de hortigranjeiros, grãos ou fibras - a efetiva expansão das fronteiras agrícolas regionais num processo de desenvolvimento rural. E para que isso aconteça, estão faltando estratégias, programas e planos de um nível macro ou, dito de uma outra maneira, microplanejamentos articulados com ações macroprogramáticas.

Seção II - Das ações propostas no marco do PROAMER:

2. AÇÕES INTER-INSTITUCIONAIS.

2.1. Operacionalidade do PROAMER.

A Coordenação Geral do Programa de Análise e Promoção de Mercado - PROAMER, com sede em Brasília, terá como finalidade o planejamento da ação das entidades participantes, objetivando um sistema regional ou sistemas regionais de comercialização, donde integrar-se-iam os circuitos comerciais da produção oriundos dos projetos irrigados da CODEVASF/DNOCS.

Essa coordenação, com funções de planejamento e orientação da realização dos trabalhos foi constituída, com representantes da CODEVASF, o DNOCS e a COBAL, tendo na Secretaria Executiva o Assessor do IICA.

Foi acordado pelos membros do grupo a criação de Equipes Regionais com funções executivas localizadas em Fortaleza, Salvador e Brasília.

A Equipe Regional de Fortaleza estaria a cargo do DNOCS, a Regional de Salvador seria mista DNOCS e CODEVASF e a Equipe Regional de Brasília a cargo da CODEVASF.

As áreas prioritárias de comercialização e mercados potenciais estão a cargo das Equipes Regionais.

A área I (SALVADOR/BARREIRAS/BRASÍLIA/BELO HORIZONTE), envolvendo os mercados de Salvador, Brasília e Belo Horizonte, está a cargo da Equipe de Brasília;

A área II (SALVADOR/BARREIRAS/PETROLINA-JUAZEIRO/RECIFE), abrangendo os mercados de Salvador, Recife, Aracaju e Maceió, está a cargo da Equipe de Salvador;

A área III (PETROLINA-JUAZEIRO/RECIFE/FORTALEZA / SÃO LUIS), abrangendo os mercados de Recife, João Pessoa, Natal, Fortaleza, Terezina, São Luiz e Belém, está a cargo da Equipe de Fortaleza.

As atividades de análise e promoçã o de mercado envolverão:

1. Estudo das oportunidades de mercado:
   a) Produtos com possibilidades de serem colocados nos mercados;
   b) Variedades e/ou qualidades preferidas pela demanda;
   c) Épocas de preços mais elevados.

2. Estudo da estrutura do processo de comercialização;
   a) Estacionalidade da oferta;
   b) Variação dos preços;
   c) Volume da oferta a se colocar nos mercados sem diminuição dos preços dos produtos.

3. Promoção de mercado
   a) Demanda Potencial;
   b) Programa de compras antecipadas;
   c) Circuitos comerciais discriminados.

4. Modelo de Transporte
   a) Análise do impacto do melhoramento do sistema de transporte sobre a estrutura de produção dos projetos irrigados;
   b) Orientação dos investimentos em armazenagem e processamento da produção dos projetos irrigados.

5. Tipos de Informação a coletar
   a)Estudos de população e renda;
   b) Estudos da demanda, elasticidade e projeções;
   c) Estudos da oferta.
      - comércio atacadista e varegista;
      - estrutura de comercialização;
      - margens de comercialização.

6. Fontes de informação (dados secundários)
   - CEASA
   - SUDENE
   - BNB
   - COBAL
   - CEPAS

Programa de Produção

1) Possibilidades agro-ecológicas da produção
   a) rendimentos físicos;
   b) nível tecnológico;
   c) uso de insumos.

2) Possibilidades agro-econômicas
   a) Rendimentos econômicos;
   b) retornos e custos comparativos;
   c) renda bruta dos cultivos factíveis.
3) Flexibilidade da oferta em função de comercialização
   a) Calendário agrícola;
   b) calendário da colheita.
4) Riscos de produção e de comercialização
   a) Capacidade de mão-de-obra;
   b) perecibilidade do produto.
5) Custos de transporte
6) Alternativas de produção.

Em cada uma das 3 áreas assinaladas seria selacionado um projeto irrigado com fins demonstrativos, com vistas à aplicação maciça da estratégia do programa, nos aspectos básicos de:

- Organização dos produtores;
- Organização de produção;
- Organização da comercialização.

Os três projetos seriam os seguintes:

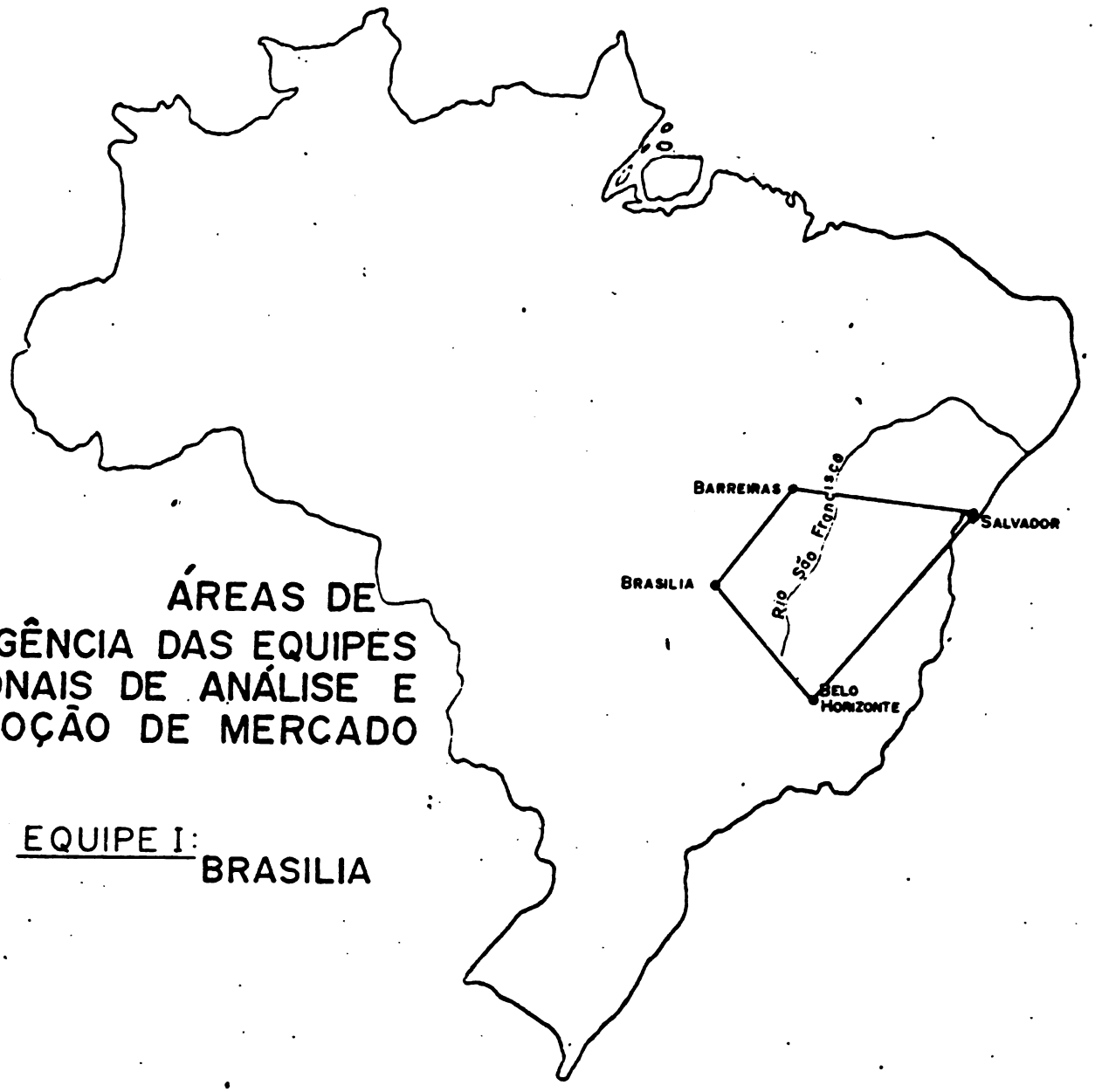
- Área I: Ceraima (Guanambi, BA);
- Área II; São Desidério (Barreiras, BA);
- Área III; Morada Nova (Ceará).

Posteriormente, foi convidada a SUDENE para se integrar ao PROAMER, visando à sua institucionalização, com esse órgão como elemento de coordenação entre as ações da CODEVASF e o DNOCS, além do assessoramento prestado pela COBAL e o IICA. Nesse sentido, as áreas prioritárias de comercialização e de trabalho das equipes regionais, ficaram segundo é mostrado nas figuras 1 a 5.

FIG. 1

ÁREAS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PROJETOS IRRIGADOS DA CODEVASF E O DNOCS NO NORDESTE DO BRASIL
1-1: ÁREA INTERNA
2-2: ÁREA PERIFÉRICA
BELEM
SÃO LUIZ
FORTALEZA
MARANHÃO
CEARÁ
RIO G DO NORTE
NATAL
TERESINA
PARAÍBA
PIAUÍ
PERNAMBUCO
RECIFE
MACEIO
ARACAJU
BARREIRAS
BAHIA
SALVADOR
Rio São Francisco
BRASILIA
BELO HORIZONTE
RIO DE JANEIRO
SÃO PAULO

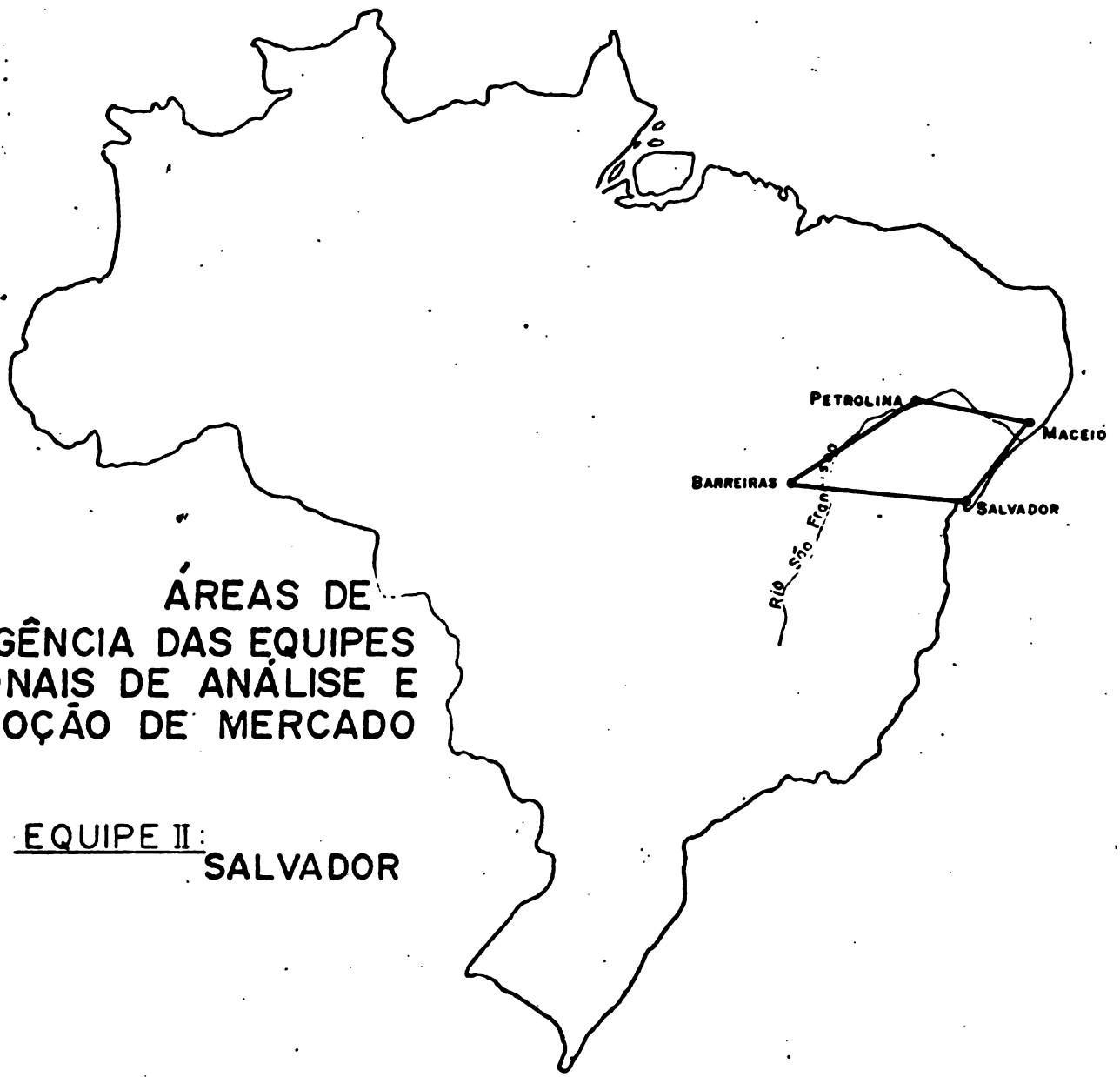
FIG. 2




ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS EQUIPES REGIONAIS DE ANÁLISE E PROMOÇÃO DE MERCADO

EQUIPE I: BRASILIA

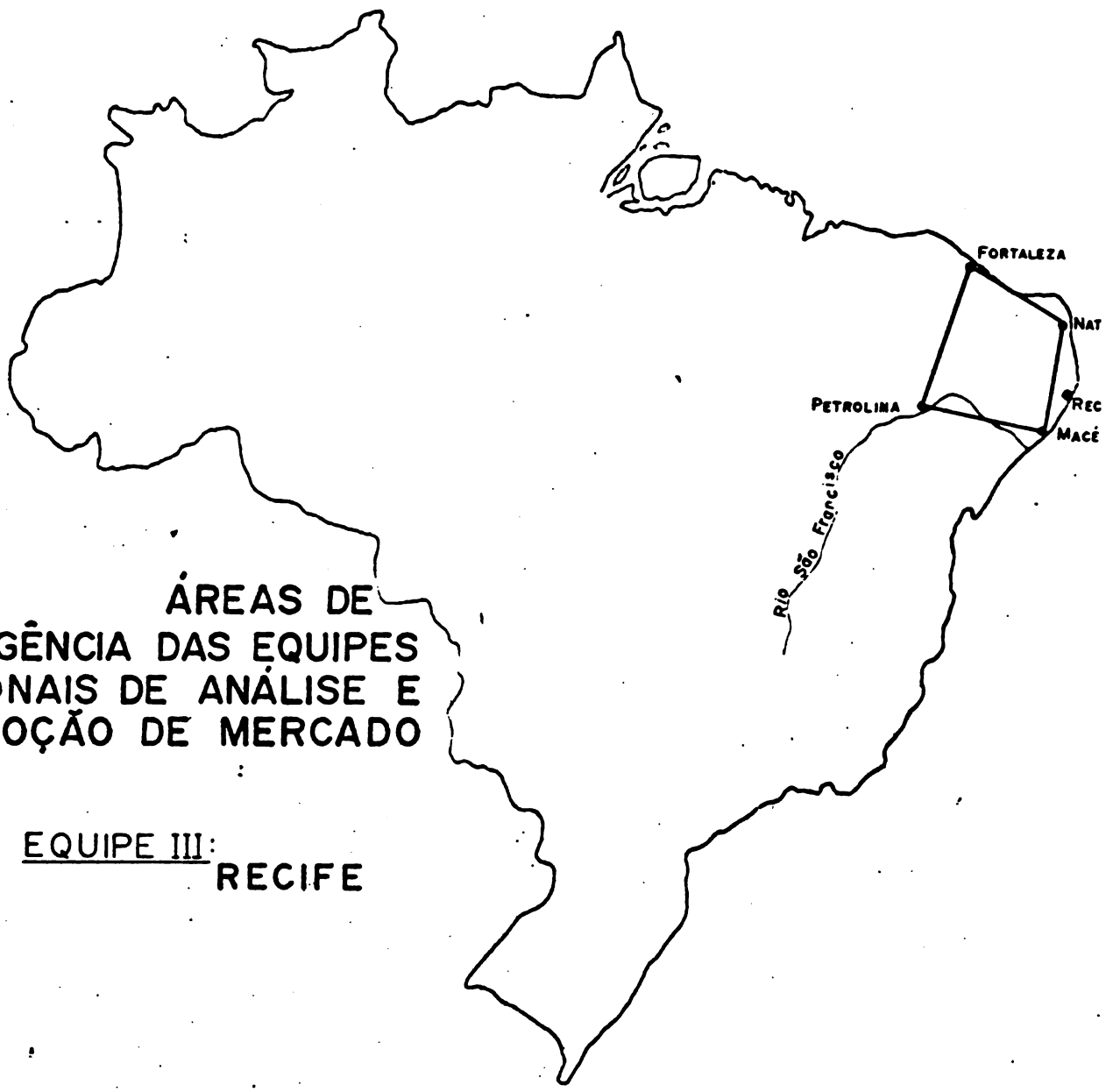
FIG. 3




ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS EQUIPES REGIONAIS DE ANÁLISE E PROMOÇÃO DE MERCADO

EQUIPE II: SALVADOR

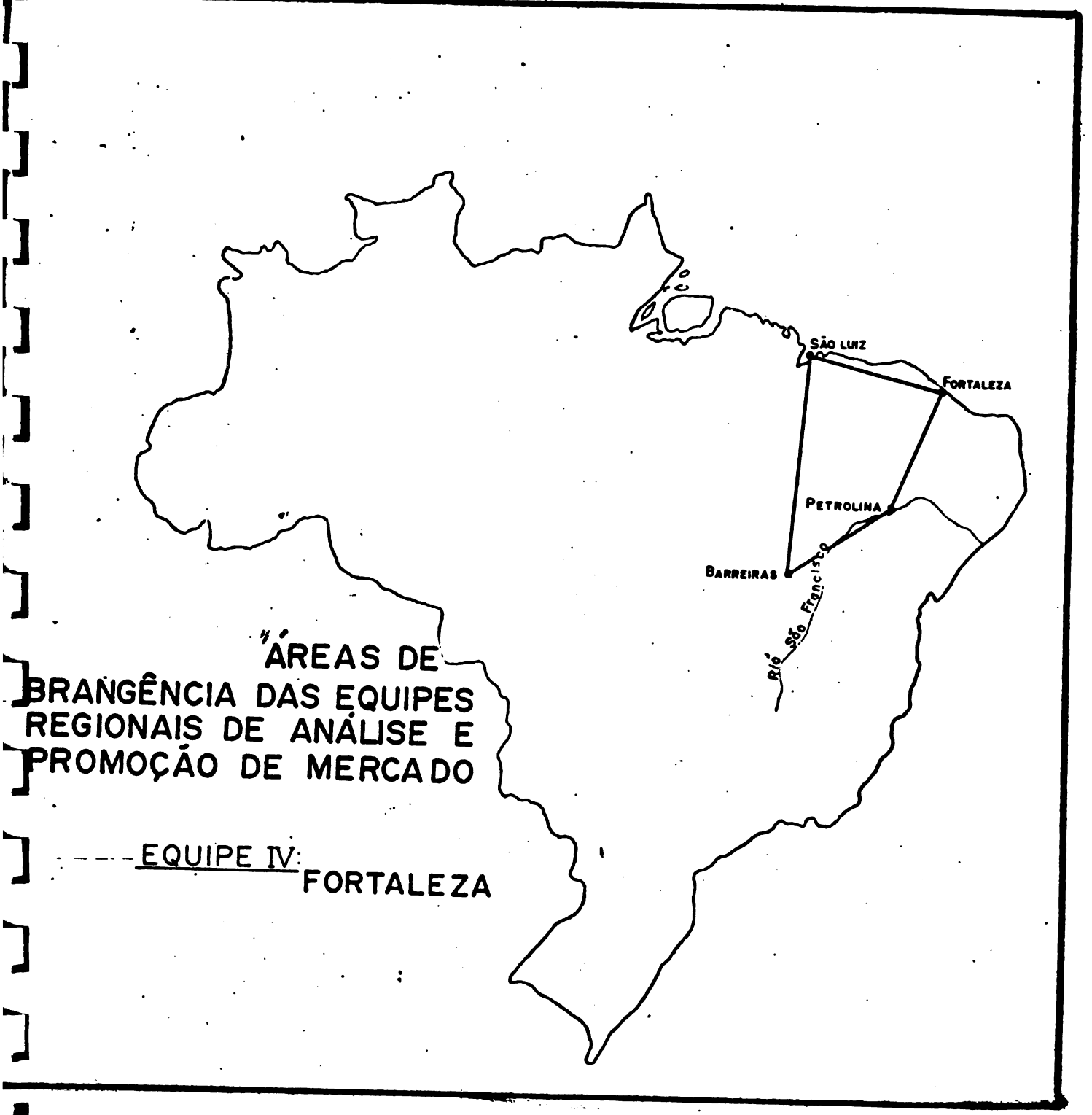
FIG. 4




ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS EQUIPES REGIONAIS DE ANÁLISE E PROMOÇÃO DE MERCADO

EQUIPE III: RECIFE

FIG. 5


SÃO LUIZ
FORTALEZA
PETROLINA
BARREIRAS
Rio São Francisco
ÁREAS DE ABRANGÊNCIA DAS EQUIPES REGIONAIS DE ANÁLISE E PROMOÇÃO DE MERCADO
EQUIPE IV: FORTALEZA

## 2.2. - PROJETO DE CENTRAL DE SERVIÇOS DE MERCADO - C.S.M.

### 1. DESCRIÇÃO SUMÁRIA

#### 1.1 - Natureza e finalidade:

Serviço público regional interinstitucional de informação, análise e programação de mercado destinado a colonos dos projetos irrigados da CODEVASF e do DNOCS. Sua função principal será a de fornecer subsídios e elementos para a criação de um órgão central de cooperativas dos produtores das referidas áreas irrigadas, na oportunidade de ser operacionalizada a participação das cooperativas.

#### 1.2 - Área de abrangência:

1. A nível micro-econômico: Projetos Irrigados da CODEVASF e DNOCS.
2. A nível macro-econômico: áreas de comercialização do PROAMER.

#### 1.3 - Instituições Participantes:

Consoante o PROAMER, participarão diretamente na implantação, operação e utilização dos serviços a serem estruturados:

- CODEVASF
- DNOCS
- COBAL e CEASAs/Brasília/Bahia/Pernambuco/Ceará
- SUDENE
- Cooperativas de Irrigantes dos Projetos Irrigados do DNOCS e Cooperativas de Produtores dos Projetos Irrigados da CODEVASF

1.4 - Instituições cooperantes:

Subsidiando as atividades da C.S.M., as institui - ções participantes procurarão a cooperação de:

- SIMA (Serviços de Informações de Mercado Agrícola)
- Si stema Nacional de Centrais de Abastecimento
- CEPA's (Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola) do Nordeste.

1.5 - Antecedentes:

Diversos Projetos e Programas têm sido implementados, dando apoio e possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos de água e solo com fins agrícolas e/ou a formação de mecanismos de fomento à comercialização de produtos agrícolas, bem como o estímulo à criação de órgãos cooperativos dos produtores agrícolas nessas áreas.

Em direta relação de antecedência ao presente Projeto, podem-se mencionar:

- II PND: Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco;
- II PND: Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido;
- CODEVASF: Programação Global 1977/79 e Plano Operativo 1977;
- Convênio IICA/CODEVASF: Projeto São Desidério, FSB-Brasil ;
- Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros (PROHORT) ;
- Programa de Análise e Promoção de Mercado - PROAMER .

2. OBJETIVO DO PROGRAMA DE ANÁLISE E PRODUÇÃO DE MERCADO - PROAMER

O PROAMER tem, entre seus objetivos básicos, o de formular estratégias de comercialização, visando principalmente:

a - Fornecer elementos aos produtores e suas organizações que possibilitem a tomada de decisões mais conscientes nos processos de produção e venda, assim como a organização da comercialização segundo as oportunidades e restrições dos mercados, através de uma programação ordenada da oferta agrícola;

b - Elevar a participação dos recursos externos provenientes da comercialização na capitalização da empresa agrícola cooperativa, tendo em vista o desenvolvimento integral das áreas irrigadas da CODEVASF e do DNOCS;

c - Incentivar a dinamização da produção agrícola das áreas irrigadas, de maneira a contribuir para o aumento do nível de renda dos pequenos produtores agrícolas;

d - Contribuir para o crescimento do poder aquisitivo da população nas áreas irrigadas, ampliando a capacidade de demanda local e regional pelos produtores agrícolas e industriais, bem como pelo setor serviços.

2.1 - Pressupostos:

Compromisso da CODEVASF e do DNOCS pela sustentação a longo prazo dos objetivos do PROAMER.

3 - OBJETIVOS DO PROJETO

a. Operar uma Central de Informações de Mercado, sediada em Recife-PE, com subsedes em Salvador/BA e Fortaleza /CE, para sustentar uma estratégia de comercialização com as Cooperativas das áreas irrigadas da CODEVASF e DNOCS, respectivamente;

b. Habilitar as equipes técnicas inter-institucionais, sediadas em Brasília/DF, Salvador/BA, Fortaleza/CE e Recife/PE, para a análise e a promoção de mercado;

c. Levar às cooperativas, seja em forma direta ou através dos mercados expedidores, os serviços de comercialização necessários ao melhoramento do abastecimento de insumos produtivos e promoção e organização da produção e da oferta.

3.1 - Pressupostos:

a. Coordenação da C.S.M. pela SUDENE, além de apoio logístico e técnico para sua operação.
b. Cooperação do Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento, especialmente pela Assessoria das CEASA's Brasília, Bahia, Ceará, Pernambuco.
c. Dotações orçamentárias distribuidas à Central de Informações, subsedes, equipes e cooperativas, dentro dos orçamentos da CODEVASF e do DNOCS.
d. Alocação de recursos pelo DNOCS e pela CODEVASF, por dotação, de pessoal de tempo integral, instalado nas CEASA's participantes, para a análise de mercado e contatos entre as cooperativas e compradores potenciais;
e. Designação de coordenadores responsáveis pela operação da Central, das subsedes e a nível de cooperativas;
f. Integração da C.S.M. e do PROAMER assegurada pelas respectivas coordenadorias.

4. PRODUTOS DO PROJETO

a. Informação confiável para a tomada de decisões a nível das áreas irrigadas;

b. Especialização da oferta agrícola, através da elaboração de calendários de cultivos e de programações agroeconômicas a níveis micro e macro;

c. Sistema de comunicações rurais que indique às cooperativas os mercados, épocas e agentes de comercialização favoráveis à otimização dos lucros;

d. Canais de comercialização diferenciados para as produções dos projetos irrigados, visando a captação de demanda potencial e o fortalecimento da situação competitiva nos mercados.

4.1 - Pressupostos:

a. Prioridades do Projeto para a CODEVASF, DNOCS e SUDENE.

b. Compromissos das Cooperativas de integrarem-se à C.S.M. e de se disporem para adotar a estratégia do PROAMER.

c. Adoção de um modelo de empresa agrícola de tipo associativo nos projetos irrigados, objetivando as economias de escala, o fortalecimento do poder de barganha e a minoração dos riscos de produção e comercialização.

d. Canalização de assistência técnica aos projetos irrigados, através da ação coordenada ou integrada dos órgãos de pesquisa agronômica, extensão rural, crédito e de programas específicos de desenvolvimento rural, de abastecimento e de alimentação e nutrição.

## 5 - INSUMOS NECESSÁRIOS

### 5.1 - Recursos Técnicos

#### 5.1.1 - Recursos técnicos por equipe:

- um especialista em Análise de Mercado, localizado na Sede Regional.
- um especialista em Planejamento da Produção, localizado na sede Regional.
- especialista em Extensão, em Comercialização, operando nas zonas de produção, junto aos mercados expedidores e às cooperativas.

### 5.2 - Recursos Financeiros

### 5.3 - Recursos Materiais

### 5.4 - Pressupostos:

a. Recursos da CODEVASF e do DNOCS, para contratar pessoal técnico e consultores e para viagens (passagens e diárias).
b. Local, pessoal auxiliar e de campo e mobiliário, / na SUDENE, nas CEASA's e nas Cooperativas.
c. Cooperação por parte de outros organismos nacionais e internacionais.

## - ATIVIDADES

### 6.1 - Central de Informações de Mercado:

As principais atividades da Central de Informações de Mercado serão de três tipos:

a. Informação de produtos, preços e condições de operação dos mercados, acerca dos seguintes ítens:

- cotação dos preços em curso e movimento dos produtos:
- caráter intrínseco dos produtos a serem vendidos, segundo diversos fins de consumo intermediário e final;
- condições de intercâmbio;
- possíveis compradores;
- momento de mercado consoante os desejos dos compradores;
- preços alternativos razoáveis para os vendedores;

b. Informações de fatos e interpretação dos mesmos:

- caráter e volume do suprimento existente;
- situação e movimento provável dos estoques;
- prognóstico de safras em distintos estágios de ciclo produtivo e fatores que alteram a produção futura;
- nível previsível da demanda de consumo final;
- nível previsível da demanda de atacado, nos vários pontos de intercâmbio;
- variações estacionais na produção e provável impacto nos preços;
- movimento do consumo e do comércio;
- opiniões dos comerciantes acerca das tendências futuras dos mercados e dos efeitos prováveis do clima, de pragas e de outras influências estacionais.

c. Informações que possibilitem opções:

- níveis alternativos de mercado;
- modalidade de compra e venda.

## 6.2 - Equipes regionais interinstitucionais

As atividades das equipes regionais serão encaminhadas à compatibilização das ofertas regionais para assegurar um nível de abastecimento adequado aos requisitos da demanda:

- estabelecimento de previsões adequadas nos planos regionais de produção para evitar uma queda significativa nos preços dos produtos ofertados;
- determinar os volumes de produção a serem armazenados para evitar uma queda significativa dos preços no período de safra e assegurar o abastecimento ao consumidor a um preço razoável, num período mais prolongado;
- determinar a qualidade do produto, os volumes necessários e a distribuição temporal da oferta para satisfazer à demanda industrial.

De maneira específica, as equipes regionais desenvolverão as seguintes atividades:

- análise da estacionalidade da oferta;
- análise das variações de preços;
- análise das possibilidades agro-ecológicas e humanas da produção;
- análise dos custos de produção;
- identificação das possibilidades de produção irrigada para cada área e da flexibilidade do ciclo produtivo, visando à modificação das datas de semeaduras e de colheiras;
- análise de custos de transportes;
- determinação das rentabilidades potenciais dos cultivos;
- análise dos riscos de produção e comercialização;
- identificação das limitações e restrições de produção e mercado;
- identificação das limitações de infraestrutura (armazenamento, transportes e processamento);

- avaliação das perdas potenciais de produto nos canais de comercialização;
- micro-programação das produções;
- macro-programação da oferta global;
- micro-planejamento da comercialização;
- macro-planejamento da comercialização;

6.3 - Pressupostos:

a. Existência e disponibilidades de recursos técnicos, financeiros e materiais;

b. Cooperação por parte das diferentes unidades dos organismos participantes;

c. Cooperação por parte de outros organismos nacionais e internacionais.

2.3. Operacionalidade da CSM/Salvador.

A nível da CODEVASF, a filosofia e finalidade do PROAMER tem andamento através de dois cursos de ação: a Central de Serviços de Mercado, operando na 2a. DR, e o Modelo de Comercia - lização para o PISD (Projeto Irrigado São Desidério).

A CSM/Salvador teve iniciada suas atividades a partir de 2 de dezembro de 1977, acompanhando a escala de recepção a transmissão de boletins preparada pelo DIMAG/SIMA, consoante às diretrizes traçadas nos diversos ENASCOs. O processo de repasse das informações de mercado aos perímetros irrigados sediados na jurisdição da 2a. DR, foi aos poucos superando alguns casos emergentes. Por exemplo: os pluricitados boletins, por serem demasiado extensos, não ensejavam sua retransmissão via rádio, até as Unidades Distritais de Irrigação. Por decorrência dessa impraticabilidade, optou-se pela seleção dos principais itens hortigranjeiros cotados nas praças, e à utilização de formulário próprio que, elaborado para tal mister, encontra-se em fase de teste e vem atendendo os fins colimados (vide Fig.5).

Sem prejuízo da imediatidade das informações que veicula, dito formulário vem sendo regiamente endereçado às UDIs e/ou Cooperativas, via malote, havendo notícias seguras quanto a pontualidade e suficiência do mesmo no destino.

Embora confeccionado para arrolar a cotação de hortifrutigranjeiros somente, no verso do supracitado são adicionalmente prestadas informações a respeito do mercado nacional do Algodão, sumariadas, embora, da "Carta Semanal do Algodão" editada sob a responsabilidade da "Bolsa de Mercadorias de São Paulo".

De referência à área de abrangência da CSM/Salvador, merece ser enfatizado que já estão sendo cobertas as áreas irrigadas de São Desidério/Barreiras, Ceraíma/Guanambi, Estreito, Irecê, as 3a. e 4a. DRs e a COBASF, sediada em Propriá-SE (Vide Fig.6).

A nível microeconômico, portanto, a CSM está paulatinamente cobrindo o universo contemplado no projeto que a concebeu, sendo certo que conseguirá fazê-lo, num médio prazo, a nível macroeconômico também.

Com relação ao Modelo de Comercialização para o PISD, o mesmo é resultado do Convênio que a CODEVASF tem assinado com o IICA, para a execução do Projeto de Fundo Simón Bolivar, convencionalmente conhecido de "São Desidério". Trata-se de um tipo de ação demonstrativa encaminhada a operar no marco do PROAMER, e aberta a outras experiências agregadoras de uma estratégia de

FIG. 6

CODEVASF 2ª DIRETORIA REGIONAL

SETOR DE PRODUÇÃO - CENTRAL DE SERVIÇO DE MERCADO - CSM

De: Salvador - Ba.

Para:

Data:

Assunto: COTAÇÃO DO DIA / /197__

| PRAÇA (SIGLA) | PRODUTO | EMBALAGEM | VARIEDADE | PROCEDÊNCIA (SIGLA ESTADO) | PREÇOS | | | MERCADO | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | MI | MC | MA | FR | FI | E |
| (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | (F) | | | (G) | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

(CONTINUA)

OBSERVAÇÕES

PREÇOS - MI = MÍNIMO; MC = MAIS COMUM; MA = MÁXIMO

MERCADO - FR = FRACO; FI = FIRME; E = ESTÁVEL

RUBRICA

CODEVASF 2ª DIRETORIA REGIONAL

INFORME DE MERCADO - Fls Nº EM:

SETOR DE PRODUÇÃO - CSM

| (A) | (B) | (C) | (D) | (E) | (F) | | | (G) | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | MI | MC | MA | FR | FI | E |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | |

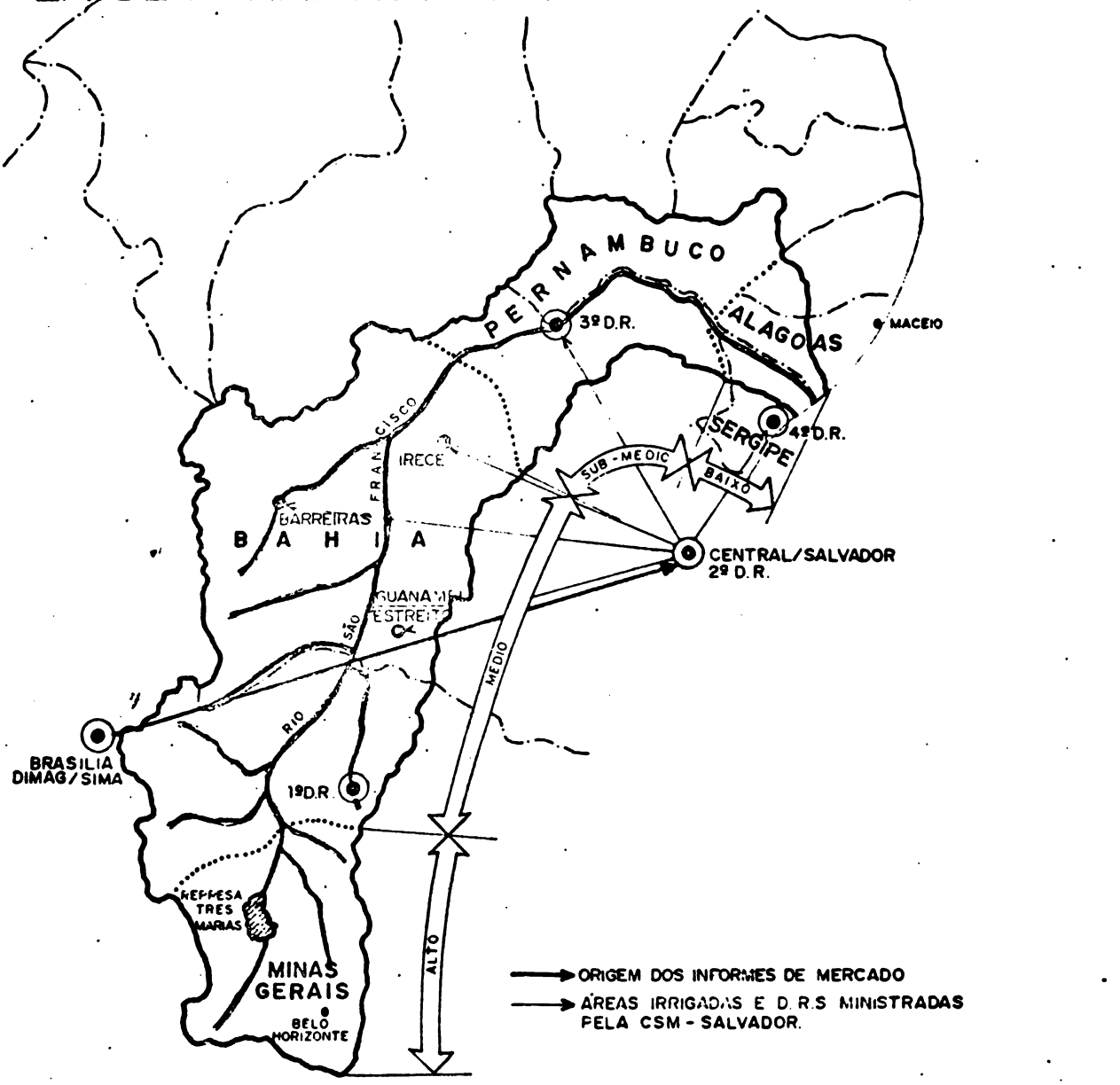
NOTA PARA PREENCHIMENTO:

ESCREVA "CONTINUA" OU "FIM" NESTE ESPAÇO → [ ]

ASSINATURA OU RUBRICA

FIG. 7

# CSM - SALVADOR
## ÁREA DE ABRANGÊNCIA NO VALE DO S. FRANCISCO

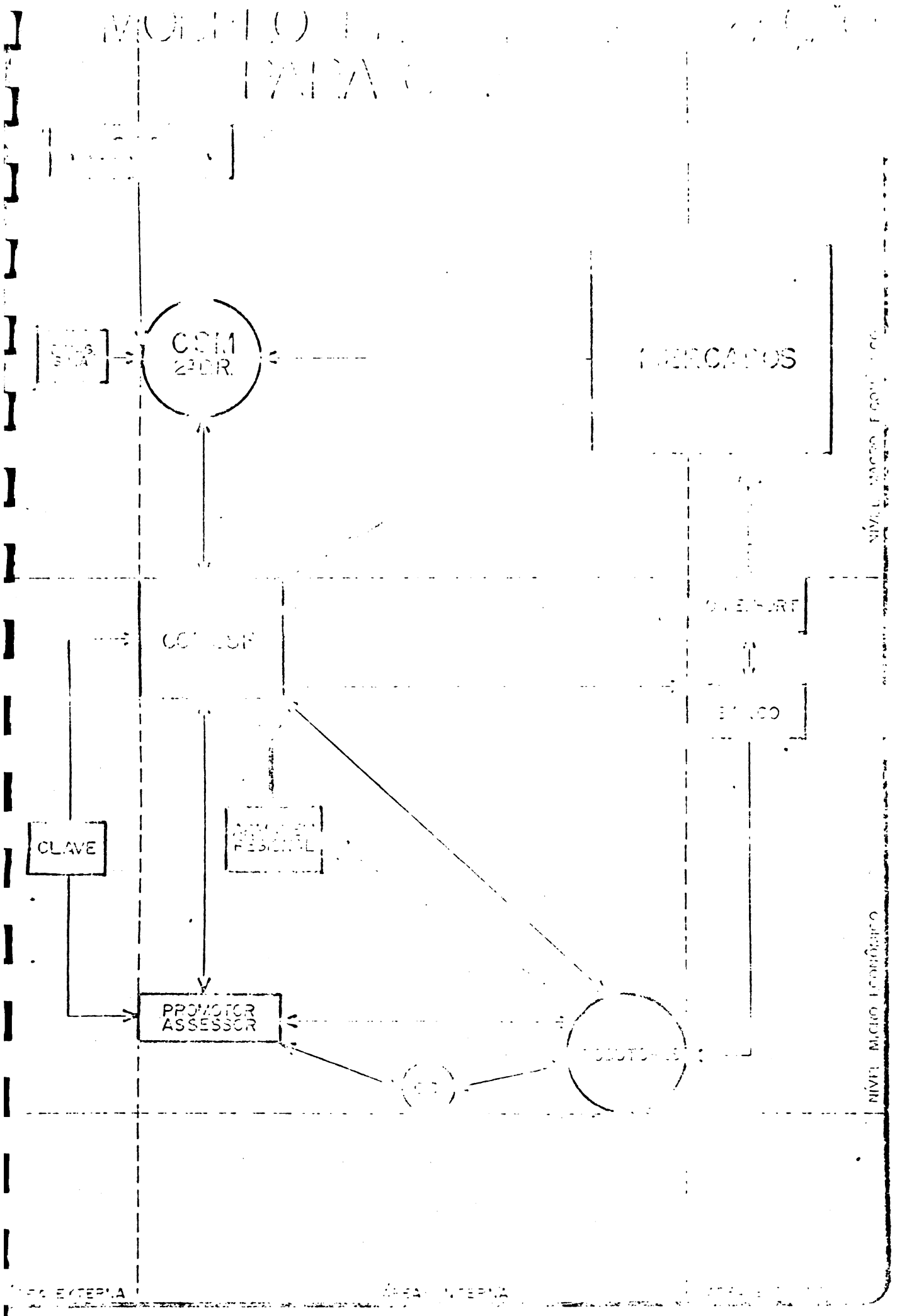


comercialização para o desenvolvimento rural. O Modelo - vide Fig. 8 - descansa no fortalecimento de três elementos básicos: a organização dos produtores, para romper a fronteira de marginalização derivada da dimensão da unidade de produção e a incapacidade de absorção de tecnologia; a concentração e especialização da oferta agrícola, a fim de tirar as ventajas comparativas por áreas de produção, e a promoção de sistemas discriminados de comercialização, que possibilitem o acesso do pequeno produtor aos mercados internos e externos em condições de concorrência.

Mediante o apoio logístico do PROAMER, o Modelo deverá operar em benefício do PISD e da área circunvizinha. Assim, com assistência da CIBRAZEM, o armazém construído pela CODEVASF assumirá um caráter regional, baseado na MRH-131 "Chapadões do Alto Rio Grande". Também, em regime de convênio com a SNAB, procurar-se-á desenvolver um "Programa Hortigranjeiro", voltado numa primeira fase ao abastecimento de Barreiras e a comarca, através de uma Cooperativa de Feirantes de Hortigranjeiros (COFE - HORT), objetivando a produção de produtos críticos e tendo em vista à praça de Brasília. Além disso, o Modelo poder-se-ia utilizar em coordenação com a SUPLAN, a CEPA/Bahia e o BNCC, na programação de compras antecipadas aos produtores de baixa renda, incluindo aqueles das áreas circundantes ao PISD.

2.3.1. Funções e serviços do modelo visando a comercialização da produção.

1. A nível do PISD (nível microeconômico)
1.1. Áreas internas do Projeto
1.1.1. EXTENSÃO EM COMERCIALIZAÇÃO (Promotor/Assessor)
a) Serviços:
- promoção de inteligência de mercado
- difusão de informações de mercado
b) Função de concentração da oferta:
- assistência ao microplanejamento da comercialização.
1.1.2. COMISSÕES DE COMERCIALIZAÇÃO
a) Função de concentração da oferta:
- plano de cultivos
A. produtos e variedades
B. épocas de cultivos
- manuseio da colheita (tipificação)


CSM
2ªDR.
MERCADOS
CLAVE
PROMOTOR
ASSESSOR
CIRCUITO DE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES
CIRCUITO DE PRODUTOS

b) Função de aprimoramento das vendas:
- manuseio da oferta
A. classificação
B. armazenamento
- escolha do nível de mercado

1.1.3. COMESF (Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos Irrigados do Médio São Francisco).

a) Funções:
- aprimoramento das vendas
- distribuição da produção

b) Serviços:
- classificação e padronização
- armazenamento
- beneficiamento e/ou preindustrialização
- empacotamento
- transporte
- financiamento
- riscos

1.2. Áreas externas do Projeto

1.2.1. BANCOS

a) Serviços:
- garantia de preço mínimo (EGF)

1.2.2. CLAVE (Classificação Vegetal da Bahia)

a) Serviços:
- classificação e padronização da produção

1.2.3. COFEHORT (Coop. de Feirantes)

a) Funções:
- abastecimento da comarca de Barreiras de produtos hortigranjeiros

b) Serviços:
- informação de mercado
- contatos entre vendedores e compradores.

2. A nível da 2a. DR (nível macroeconômico)

2.1. Áreas internas do Projeto e da 2a. DR

2.1.1. CENTRAL DE SERVIÇOS DE MERCADO

a) Funções:
- orientação dos planos de cultivos visando a

compatibilização da oferta regional
- orientação das vendas visando a distribuição da produção

b) Serviços:
- Informação de mercado
- Análise de mercado
- Promoção de mercado

2.2. Áreas externas ao Projeto e à 2a. DR

2.2.1. PROAMER

a) Serviços:
- análise e promoção de mercado interinstitucional
- CSM (Central de serviços de mercado interinstitucional)

2.2.2. DIMAG/SIMA

a) Serviços:
- informação de mercado nacional.

## 2.4. MODELO DE TRANSPORTE (*)

### 2.4.1. Introdução.

Quando uma pequena empresa agrícola se defronta com os problemas de "o que plantar" e "onde vender", as informações necessárias para suas decisões são, primordialmente: a) o preço que os diversos produtos alternativos obtêm nos diversos mercados. De posse destas informações pode tal firma, considerando o seu custo de produção, decidir sobre tais problemas.

Quando se trata de projetos espacialmente distribuidos e cujos volumes de produção, pelo menos agregadamente, são suficientemente grandes para influir sobre os preços, tais problemas crescem em dificultades e surgem outros, tais como: "quanto produzir", "como distribuir esta produção", "quem vende onde", ou seja, não se trata, agora, somente de "onde vender", mas sim de "onde vender e quem vende a quem", etc.

Para a solução destes problemas ainda persistem os dois dados anteriormente mencionados como necessários na decisão da pequena empresa; soman-se, entretanto, a estes dados, outros de primordial importância, como por exemplo o conhecimento das condições de oferta e procura dos diversos mercados, ou pelos menos as "necessidades ou capacidades de absrção dos diversos mercados consumidores" e "as ofertas ou as capacidades de produção" das diversas "zonas de produção".

O problema cresce assim em complexidades, não só pelas dificultades inerentes à manipulação de muitos dados para a solução de diversos problemas, como pelo fato de uma decisão condicionar as outras.

Vale salientar que as decisões aqui envolvidad devem ser ponderadas pela tendência de acontecimentos que,podem ocorrer em um prazo mais longo, ou seja, acontecimentos reais e previsíveis que possam alterar as condições objetivas presentes que determinaram a decisão. Por conseguinte, as decisões devem basear-se na estabilidade da solução em relação a modificações nos dados que determinaram tal decisão, e que, consequentemente, podem alterá-la.

---

(*) A Coordenação Geral do PROAMER solicitou ao Econ. Antonio Frederico Pontes Albuquerque, a aplicação de um "modelo de transporte" às produções das áreas irrigadas. Neste capítulo reproduze-se uma parte do mencionado trabalho, ainda não concluido.

Mencionam-se entre as avaliações de tais conhecimentos os casos de repercusões, sobre as diversas unidades de produção, de modificações nos custos de transporte - por exemplo, motivadas por majorações nos preços dos combustíveis, lubrificantes, etc., ou pela melhoría do sistema viário e outras melhorias no sistema de transporte - e de modificações na distribuição espacial da produção e do consumo.

Torna-se, assim, necessária a existência de algumas regras de decisão ou de algum modelo que, usando os dados objetivos necessários e contemplando todas as interrelações existentes, apresente informações ou resultados objetivos ótimos, que balisem a tomada de decisões.

É propósito deste trabalho sugerir uma metodología para a solução dos problemas acima mencionados, aplicando-a para o caso específico dos perimetros irrigados da CODEVASF e do DNOCS.

A metodologia escolhida é baseada no modelo de equilibrio espacial de preços, conforme proposto por P.A, Samuelson em seu artigo de 1952: "Spacial Price Equilibrium and Linear Programming"; ou especificamente o modelo de transporte, chamado por Samuelson neste artigo de "Modelo de Koopmans-Hitchcock".

2.4.2. Caracterização e relevância do problema.

Já na primeira seção procurou-se mostrar o crescente interesse do Governo Federal na irrigação no Vale do São Francisco e no Nordeste, e evidenciar a magnitude e a distribuição espacial das áreas irrigadas e de sequeiro circunvizinhos aos,aos perimetros de irrigação do DNOCS e a CODEVASF, assim como suas perspectivas para um futuro próximo.

Constituem objeto de análise deste trabalho somente as áreas destinadas à colonização. A razão de não se incluirem as áreas destinadas a empresas é que estas já possuem seus próprios canais de comercialização e planos de cultivos.

A maioría das culturas atualmente plantadas nos perimetros é de baixo retorno por hectare irrigado, tais como: ARROZ, FEIJÃO, CANA-DE-AÇUCAR, MILHO e ALGODÃO. Em alguns perimetros irrigados existe destinação de áreas para produtos que proporcionam maior retorno monetário por hectare, quais sejam:

a) Produção de sementes, tanto de cereais quando de produtos hortícolas.

b) Horticultura, por exemplo de: melão, tomate industrial, cebola, etc.

c) Fruticultura.

d) Pecuária.

A exceção da maioría das áreas utilizadas para arroz, terras pesadas, todas as outras se prestam ao cultivo de outros produtos, inclusive com uma programação para que as colheitas se verificarem em praticamente todo o ano.

É exatamente esta possibilidade e, por conseguinte, necessidade - devido ao pequeno tamanho dos lotes de colonização - de se introduzir culturas mais rentáveis, que determinou este estudo.

Este capítulo se destina a caracterizar e evidenciar a relevância do problema, assim como para fazer uma breve justificativa da metodología escolhida, que será descrita e avaliada suas possibilidades e limitações à solução destes problemas no capítulo seguinte.

Vale salientar as seguintes caracteristicas destes projetos de irrigação, necessárias à compreensão do problema, objeto de nosso estudo.

1) As terras dos perimetros irrigados são desapropriadas pelo Governo Federal.

2) Os dosis órgãos - CODEVASF e DNOCS - executam todas as obras de infraestrutura de uso comum necessárias, e fazem o assentamento dos colonos.

3) Para cada perimetro é formada uma cooperativa, que determina os planos de cultivo para cada parcela e possui o monopólio da comercialização dos produtos.

4) Na comercialização da produção, geralmente as cooperativas lançam mão de contratos de fornecimento de seus produtos agrícolas, principalmente para sementes selecionadas e produtos hortícolas destinados à industrialização, além de ingressarem livremente no mercado.

5) Cada cooperativa individualmente não possui infraestrutura, recursos financeiros e administrativos suficientes para manter um bom sistema de comerc ialização. Torna-se comum tais cooperativas recorrerem ao órgão a que estão vinculadas - DNOCS ou CODEVASF - para obterem apoio à solução de seus problemas de comercialição.

6) É grande o poder de coordenação que tais órgãos possuem na determinação dos planos de cultivos destas cooperativas, principalmente através de seus técnicos que, trabalhando junto às cooperativas, elaboram os planos de cultivos.

Além de problemas na produção, na operação do sistema de irrigação e na comercialização, que influem na análise dos resultados desta pesquisa, a CODEVASF e o DNOCS se deparam com as seguintes dificultades, que constituem o núcleo de nosso interesse.

1) Desconhecimento do nível e distribuição espacial-temporal "ótimo" da produção, tendo em vista as alternativas de mercado. Tal problema se desdobra de maneira mais específica em:

a) Gastos desnecessários no transporte da produção, o que consequentemente reduz a renda liquida dos agricultires. Evidencia-se o fato de alguns perimetros fornecerem produtos a certas indústrias ou mercados atacadistas, quando existem outros perimetros mais próximos de tais fontes de consumo com iguais condições de produzirem tais mercadorias e não o fazem.

b) Evidencia-se para certos produtos uma concorrência intensa entre perimetros em determinados mercados, enquanto outros permanecem mal abastecidos.

c) Concentração da colheita e comercialização em determinadas épocas, o que, conjugado com o sub-item anterior, comprime mais os preços. Tal fato é caracterizado de maneira mais drástica em produtos hortícolas-

A falta de regularidade no fornecimento de produtos, especialmente hortícolas, destinados à comercialização nas CEASAs, tanto en quantidade quanto em qualidade ou variedade, agrava os problemas de comercialização, principalmente devido ao fato de a comercialização ser feita individualmente por cada cooperativa e estas não terem condições de expandir e contrair sua área de atuação - quanto à comercialização - segundo as variações de suas produções.

2) Desconhecimento dos mercados alternativos e da capacidade competitiva de cada perímetro para produtos ainda não cultivados, e em que haja condições agroecológicas para tanto.

Tal fato evidencia-se na dificultade e morosidade de se introduzirem novas culturas e, em muitos casos, ao se introduzirem tais culturas, incorrer-se nos problemas mencionados no ítem anterior.

3) Desconhecimento dos produtos que proporcionam maiores rendas líquidas aos produtores.

4) Desconhecimento das condições competitivas potenciais dos diversos perímetros em relação as demais zonas produtoras, que repercutem em:

a) Preconceitos quanto às possibilidades econômicas de certas culturas, devido a aspectos conjunturais.

b) Desconhecimento de se os problemas de certas culturas estão mais relacionados a: i) vantagens locacionais, atuais ou potenciais; ii) custo, atual ou potencial de produção; iii) problemas de comercialização; iv) problemas de incorporação de tecnologia.

5) Desconhecimento das repercussões, sobre os perímetros, de melhorías no sistema viário e na disponibilidade de veículos.

Devido a estas dificuldades e outros problemas de comercialização, a CODEVASF e o DNOCS criaram o PROMER, juntamente com a CORAL e a SUDENE, com o intuito de resolver os casos de comercialização e compatibilizar as produções de seus perímetros com as condições de mercado.

Nos diagnósticos efetuados pelo PROMER quanto aos problemas de comercialização dos perímetros irrigados, se destaca, como de maior interesse para nosso estudo, a constatação da impossibilidade de cada cooperativa manter sua própria infra-estrutura de comercialização, e de que a quantidade e variedade de produtos entregues durabte o ano comercial, não são significantes, principalmente devido à sua distribuição irregular durante o ano, evidenciando a necessidade de ser montada uma infra-estrutura única para atender a todas as cooperativas.

Com base neste diagnóstico, surgiu a proposição da criação de uma Cooperativa Central ou uma Federação de Cooperativas e/ou uma Central de Informações de Mercado, com o objetivo de diluir os custos operacionais e administrativos destas cooperativas e manter uma oferta constante de produtos em qualidade e quantidade, variedade e época a nível de mercados terminais e expedidores; além de capacitar o produtor a obter melhores produtos, classificá-lo e selecioná-los de acordo com as exigências do consumidor.

Devido a estes fatos e antevendo que os atuais proble-

mas de comercialização se multiplicarão devido ao crescimento em número e área dos perímetros irrigados, fixou-se como objetivo deste trabalho sugerir uma metodologia para o planejamento da exploração agropecuária destes perímetros, tendo em vista as oportunidades de mercado e possuindo, tal metodologia, as seguintes características:

a) Ser um modelo normativo, isto é, que permita orientar as decisões de exploração e avaliar suas consequências.

b) Que contemple, segundo suas relações de interdependência, uma grande quantidade de zonas produtoras e mercados consumidores.

c) Que permita contemplar a variável tempo, já que se trata de produtos agrícolas e a sazonalidade é fator fundamental. O fator tempo, além disso, cresce em importância porque os perímetros irrigados podem ser cultivados em praticamente qualquer época do ano.

d) Que o objetivo principal seja a maximação da renda agregada de todos os perímetros e não de cada um em separado.

e) Que permita o conhecimento da estabilidade da solução e possa ponderar a decisão pela tendência de acontecimentos que podem ocorrer em um prazo mais longo, ou seja, acontecimentos que podem alterar as condições objetivas que determinaram a decisão. Um modelo que permita simulações e testes de sensibilidade.

f) Que seja de fácil e rápida aplicação.

2.4.3. Metodologia.

A metodologia sugerida é uma aplicação de programação matemática, baseada no modelo de equilíbrio espacial de preços, conforme proposto em 1952 por P.A. Samuelson em seu artigo "Spacial Price Equlibrium and Linear Programming".

Tal metodologia possui todas as características anteriomente mencionadas como necessárias à solução do problema aqui exposto.

Várias são as versões atualmente disponíveis deste modelo. Há versões que consideram, além da dimensão espaço, o tempo (temporal), a forma do produto (formal); e mesmo as que permitem a análise de vários produtos simultâneamente, ou seja os modelos multi produtos. (*)

---

(*) Para uma breve apresentação dos, diversos modelos alternativos, ver J.B. Hassler "Principal Forces, Normative Models and Reality", in Journal of Farm Economics, Vol. XLI (nº 5), Dez. 1959, pag. 959-

Mesmo entre os modelos somente espaciais, existem várias alternativas, ou seja, há os que partem das funções procura e oferta regionais e outros dos próprios excessos de oferta e procura, ou mesmo de uma combinação de ambos.

Para o pesquisador, a decisão entre as diversas versões alternativas passa a ser determinada principalmente pela natureza dos problemas em estudo, disponibilidade de dados, profundidade das análises a serem efetuadas e disponibilidade de tempo e recursos financeiros.

Baseado nestes parâmetros, decidiu-se pela versão mais simples, em que os excedentes exportáveis e as necessidades de importação de cada região são previamente conhecidos.

Esta versão chamada por Samuelson (1952) de "Modelo de Koopmans-Hitchcock", é uma aplicação do "Problema de Transporte". Tal modelo permite, através da minimização do custo de transporte agregado, determinar os mercados alternativos ótimos para cada perímetro; através de seu dual avaliar as condições competitivas das diversas regiões produtoras; e é próprio para simulações e testes de sensibilidade.

A opção por um modelo que parta de excedentes de procura e oferta, deve-se às seguintes razões:

a) A necessidade de tal modelo ser aplicado para um conjunto relativamente grande de produtos e regiões, levaría aos seguintes problemas operacionais: i) a grande cantidade de regiões consumidoras e produtoras, já que teríamos que trabalhar com programação quadrática, implicaría em possíveis dificultades quanto à capacidade dos computadores. Para uma compreensão deste problema vide Andrés Vila (1975); [38] ii) a quantidade de produtos a ser estudada podería levar à impossibilidade de sua aplicação, devido à restrição de tempo, orçamento e pessoal habilitado; iii) a quantidade e qualidade dos dados atualmente disponíveis poderiam fazer com que simplesmente aumentasse a complexidade do modelo sem uma melhoria compensatória em sua fidelidade e possivelmente com a perda de flexibilidade.

b) Permitir utilizar não só os dados de consumo alimentar constante do "Estudo Nacional da Despesa Alimentar", do IBGR,

---

968. Para uma exposição mais completa e detalhada, veja G.G.Judge e T.Takayama: "Spacial and Temporal Price and Allocation Models", North Holland Pub. Co., 1971.

como, para produtos hortícolas, os dados de comercialização das CEASAs, que permitem a fácil determinação das quantidades comercializadas mensais segundo a origem e o destino.

Para estes produtos, as CEASAs constituem-se praticamente nos únicos mercados alternativos para os perímetros irrigados, devido a economias de escala na comercialização e a problemas de "lotes econômicos ótimos".

A recente expansão do número de CEASAs e Mercados Expedidores Rurais, e as características e modificações no processo de comercialização de tais produtos, dificultam a obtenção, com os dados disponíveis, de estimativas das funções oferta e demanda regionais. Conjugando estas dificuldades com o fato da própria existência da CEASA ter permitido que se calcule, segundo sua denominação, a "capacidade de absorção das CEASAs", que, em outras palavras, é quantidade máxima que deve entrar por dia de um determinado produto sem que seu preço caia, devido à inelasticidade da curva de demanda de produtos hortícolas, além do que os produtores podem suportar torna desnecessária a aplicação de um modelo que parta das funções demanda e oferta regionais.

Salienta-se que para a adaptação deste modelo para decisões que envolvem a variável tempo, advem da possibilidade de aplicá-lo mensalmente, já que os dados gerados pelas CEASAs, são desagregados por mês e, a alta perescibilidade destes produtos, conjugada com a inexistência da prática de armazená-los a frio, torna-os aptos para a venda somente por um curto periodo de tempo, geralmente, dentro da mesma semana. Consequentemente, é desnecessária a aplicação de um modelo espacial-temporal.

Para produtos possíveis de serem armazenados, podem-se utilizar as seguintes soluções:

i) Aplicar o modelo tendo em vista a distribuição sazonal da produção e, com o artifício de "regiões fantasmas", determinar quanto deveria ser armazenado por cada região e redestribuir tais excedentes no periodo posterior, acrescendo aos custos de transporte o custo de armazenagem.

ii) Expandir a matriz custo de transporte conjugada com os custos de armazenagem, para permitir que o modelo se torne espacial-temporal; seria o caso da solução não só do problema de transporte como do problema de estocagem.

Para o análise dos resultados, nos basearemos nas relações entre este método e o modelo de Samuelson, de maximização do "Net Social Pay-Off", descrito em seu artigo acima mencionado.

2.4.4. Possibilidades do modelo.

As possibilidades do modelo para previsões e análise estático-comparativa, são bastante amplas, pois além de permitir a introdução de um grande número de regiões é adequado à técnica computacional e sua solução para cada simulação é rapidamente obtida e a baixo custo.

Com o uso adequado de simulações, podemos fazer avaliações quantitativas e, principalmente, rigorosas avaliações qualitativas da direção das variáveis do sistema que mudam quando alguma alteração é feita nos dados do problema. Por exemplo, podemos compreender e avaliar as interrelações provocadas no mercado de tendências de modificações regionais na produção e no consumo, com soluções de simulações feitas a intervalos desejados.

É nesta possibilidade que está a grande vantagem deste modelo, ou seja, permite fazer, facilmente, avaliações quantitativas e principalmente rigorosas previsões qualitativas das variáveis do sitema, e mudam quando alguma mudança é feita nos dados do problema.

Através do método de análise comparativa, o modelo de transporte permite estudar os efeitos não só de modificações seculares nos níveis de produção e consumo, como também de mudanças em fenômenos naturais que afetem a produção, imposição de tarifas, introdução de subsídios, bloqueio de rotas particulares e mudanças nos custos de transportes que afetam rotas específicas.

Pode-se também estudar a estabilidade do equilíbrio das soluções ótimas, em relação às modificações dos custos de transporte. Tais informações permitem determinar até que ponto o custo de transporte poderia se modificar sem que a solução ótima fosse alterada, e inclusive determinar quais as rotas que com uma redução nos custos de transporte, possivelmente através de modificações na tecnologia empregada, permitirão um aumento na quantidade transportada; ou quais as rotas a que se deve dar maior atenção para que não desapareçam, caso seja desejável.

As informações obtidas pelo modelo de transporte, ga-

nham em utilidade quando combinadas com outras informações.

As vantagens e desvantagens de transportar o produto entre várias regiões de oferta, geralmente são compensadas ou acentuadas por diferenciais de economias de escala, economias de concentração e diferenciais inter-regionais dos custos dos fatores usados na produção, procesamento e industrialização do produto. Por conseguinte, estas informações, quando combinadas com as resultantes do modelo, possibilitam análises mais profundas e úteis.

Somando-se os diferenciais de custos de produção com as vantagens locacionais, com o sinal relativo devido e, usando-se a mesma região base, obtêm-se os diferenciais de retorno líquido para o próduto ofertado. Tais resultados são altamente explicativos do crescimento ou declínio da produção nas várias localidades.

Similarmente, as informações do modelo podem ser usadas em estudos de margens. Como o modelo efetivamente isola as contribuições do custo de transporte para as margens e-tre o preço recebido pelo produto e o pago pelo atacadista (varejista ou consumidor), entre os diversos mercados, possibilita a determinacão das margens de comercialização existentes entre os diversos canais de comercialização. Adicionando-se os custos de processamento e de distribuição, podem-se obter as margens compatíveis com o equilíbrio competitivo. Comparando-se com as margens existentes no mercado, tais informações permitem indicar ineficiências e/ou ausência de concorrência em vários estágios ou regiões.

As análises acima mencionados, poderiam também ser feitas adivionando-se aos custos de transporte os custos de produção, procesamento e industrialização, e computando-se a solução do modelo para a matriz-custo assim modificada.

A solução obtida para os fluxos de transporte seriam as mesmas, modificando-se somente os valores das variáveis "v" e "u" da solução dual. Os "u", não mais representariam somente as vantagens comparativas locacionais, e sim os diferentes preços recebidos pelos produtores compatíveis com o equilíbrio espacial. Os diferenciais de preços de oferta, tendo uma região de oferta como base, seriam aumentados ou disminuídos pelos diferenciais entre seus custos de produção e o da região base.

2.5. PROGRAMA HORTIGRANJEIRO.

2.5.1. Seleção do organismo que executará as ações do Programa.

A CODEVASF; pelos seus objetivos, seus procedimentos de programação, sua estrutura e organização interna, seus recursos e suas conexões institucionais, resulta ser o órgão mais adequado para liderar uma ação de grande impacto potencial no campo da produção agrícola de áreas irrigadas. Pode-se afirmar que todas as ações do País resumidas no ponto 1.2., têm ou são suscetível de ter andamento através da CODEVASF; ainda que limitadas à área da Região do Vale do São Francisco; mas tendo em conta que essa área representa para o Brasil e, em especial, para o Nordeste, um importante papel no campo do desenvolvimento agrícola com base na irrigação.

A identificação da CODEVASF com o problema e sua habilitação para resolvê-lo, estão definidas pelas diretrizes gerais, pela estratégia e pela articulação institucional da sua política de ação, segundo se trascreve a seguir: [39]

a) Diretriz Geral: Promover o aumento da produção agropecuária, através da irrigação e de ações em áreas de sequeiro, visando o abastecimento das grandes cidades e o mercado externo. Nas áreas irrigadas deverão implantar-se empresas agrícolas o projetos de colonização, que utilizarão um processo produtivo altamente tecnificado. Nas áreas de sequeiro, a estratégia é aumentar o produto agrícola, mantendo altas taxas de ocupação e introduzir novas técnicas. A partir daí, em função da implantação de outros empreendimentos econômicos, que será incentivada no Vale, melhorar, gradativamente, o processo tecnológico, com vista a liberar, paulatinamente, a mão-de-obra excedente, para aqueles empreendimentos.

b) Estratégia:

i. Finalidade: Melhorar o padrão de vida da população rural.

ii. Instrumentos:

- Projetos de desenvolvimento rural integrado, ou PDRIs;
- Projetos de colonização.

iii. Orientações:
- Promover uma agricultura eficaz;
- Melhorar a renda;
- Ampliar as oportunidades de emprego.

iv. Objetivos da primeira orientação:
- Aumentar a produção;
- Melhorar a produtividade.

v. Suportes desses objetivos:
- Disseminação do uso de insumos modernos;
- Ampliação da prestação dos serviços básicos aos agricultores.

vi. Objetivos da segunda orientação:
- Aumentar a renda;
- Garantir a renda;
- Distribuir a renda.

vii. Suporte do primeiro objetivo:
- Incrementos esperados na produção e na produtividade agrícola.

viii. Suportes do segundo objetivo:
- Redução da vulnerabilidade da renda agrícola aos efeitos das variações climáticas;
- Melhoria na estrutura de comercialização;
- Alteração das relações tradicionais de trabalho.

ix. Suportes do terceiro objetivo:
- Prestação de serviços sociais de educação e saúde;
- Interiorização da urbanização.

x. Objetivos da terceira orientação:
- Promoção do acesso à terra;
- Incentivo à implantação de agroindustrias rurais.

c) Articulação institucional: A nível federal, a Lei de criação da CODEVASF estabelece que "na elaboração de seus programas e projetos e no exercicio de atuação nas áreas coincidentes com a SUDENE, os dois órgãos atuarão coordenadamente, a fim de garantir a unidade de orientação da política econômica e a eficiência dos investimentos públicos e privados". [40]

A nível dos Estados da União que compõem o Vale do

São Francisco, a mesma Lei estabelece que, a CODEVASF, para realização dos seus objetivos, poderá: "Elaborar, em colaboração com os demais órgãos públicos federais, estaduais e municipais, que atuam na área, os planos plurianuais de desenvolvimento integrado do Vale do São Francisco e seus detalhamentos anuais, indicando, desde logo, os programas e projetos prioritários, com relação às atividades previstas nesta Lei". [41]

2.5.2. Estabelecimento de uma linha de base.

2.5.2.1. Indicadores quantitativos e qualitativos que definem a capacidade do organismo para executar as ações do País.

Ao término do ano 1976 e consoante à fase em que se encontravam os projetos da CODEVASF, nas dez áreas prioritárias para atuação de sua estratégia espacial, podiam ser assim agrupados: [42]

i. Em planejamento: Projeto Jequitaí-MG;

ii. Em elaboração: Projetos de Correntes/Divisão Formoso-BA, Barreiras Sul-BA, Bebedouro II_PE, Cinco Grandes Várzeas do Projeto Integrado do Baixo São Francisco-AL/SE, e Massangano-PE;

iii. Em elaboração e implantação: Projetos de Jaíba/Moçambino-MG, Pirappra-MG, Betume I-SE e Marituba-AL;

iv. Em implantação: Projetos executivos concluídos de Corrente Piloto Formoso-BA, Tourão-BA, Maniçoba-BA e Curação-BA;

v. Em implantação e operação: São Desidério-BA e Itiuba-AL;

vi. Em operação (projetos totalmente conc luídos): Mandacarú-BA, Bebedouro I-PE, Petrolândia-PE e Propriá-SE.

Quando totalmente implantados, até 1979, segundo a Programação Global da CODEVASF 1977-79, [43] a superfície agrícola irrigável atingirá a 237.547 ha, dos quais, 27,6% correspondendo a 65.807 ha, se destinarão a colonização, entre 11.619 colonos, com uma média de 5,66 ha/colono. Os restantes 72,4% (172.740 ha), serão explorados por pequenas, grandes e médias empresas agrícolas.

A preços de 1976, o valor da produção está estimado, para cada ano, em Cr$ 3,[illegible] bilhões.

A previsão de empregos gerados, diretos mais indiretos, é de 147.589 vagas.

Os esforços da CODEVASF para aumentar a produção e a produtividade da agricultura, ou seja a fronteira agrícola no Vale do São Francisco, a tem levado a executar sob a sua responsabilidade direta, um amplo programa na área de Desenvolvimento Integrado, baseado no elenco de projetos enumerados no ponto 1.3.2.ii; assim como outras atividades complementares descriptas no seu Programa de Apoio.

Seria muito dificil tratar de estabelecer qualquer relação entre os esforços e os seus resultados. Por um lado, ainda é cedo para esses esforços começar a produzir efeitos notáveis em termos de coeficientes do desenvolvimentos. Por outro, trata-se de esforços heterogêneos pela sua natureza e pela sua execução, se bem que coordenados pela CODEVASF.

Mas, sendo a finalidade da CODEVASF o desenvolvimento do Vale do São Francisco, tal vez seria o caso de se perguntar se a programação em três áreas: Irrigação, Desenvolvimento Integrado e Apoio, não ganharía em coerência, coordenação e eficiência sob um programa geral para o desenvolvimento integrado, baseado em subprogramas multisetoriais. Na praxe, a unidade operacional da CODEVASF resulta evidente só através do seu orçamento, conforme ela é expressada pelos "Relatórios de Aplicação de Recursos", emitidos trimestralmente.

Podería ser indicador qualitativo, esse documento não oficializado da SUDENE mencionado no ponto 1.1., segundo o qual, "no que tange à elevação do padrão de vida no meio rural (do Nordeste), os resultados dos programas da CODEVASF, do BNB, da EMBRAPA, do INCRA, do IAA e da própria SUDENE, são práticamente nulos ou insignificantes, além de que têm baixado a taxa de crescimento do produto agrícola". E que, aliás, "a contribuição dos trabalhos de irrigação não será significativa, pis se estima em 300 mil cruzeiros o custo do emprego que gera e em 2% a área irrigável da zona semi-árida". [44]

Pelo que se tem dito anteriormente, não existe possibilidade de avaliar com exatidão o trabalho da CODEVASF em relação ao problema que se tem definido. Ainda que certos os indicadores atribuidos à SUDENE, careceriam absolutamente de validez para serem utilizados no exame institucional.

Porém, alguns outros indicadores merecem uma especial consideração e são os seguintes:

a) A CODEVASF tem revisado o modelo tradicional de colonização, reservando em grandes áreas parcelas consideráveis para a instalação de pequenas e médias empresas, na pretensão de captar recursos privados em complementaridade aos investimentos públicos na região, e de garantir por outro lado a absorção de mão-de-obra local, com a finalidade de revertir o movimento migratório Norte/Sul.

Até o presente, esse modelo está sendo operado nos projetos irrigados de São Desidério Bebedouro I, Mandacarú, Itiuba, Propriá e Betume I: aos quais agregaram-se os projetos de Ceraíma e Estreito, transferidos pelo DNOCS.

Esses projetos totalizam uma área irrigável implantada de 15.000 ha, ou seja, em torno de 23% das previsões da "Programação Global 1977-79". O assentamento de colonos totaliza 750 familias, ou seja, em torno de 6,5% do previsto até 1979. Finalmente, encontrar-se-am em operação neste ano de 1978, 6.500 SAU (Superfície Agrícola Util), ou seja, em torno de 7% da meta da "Programação Global".

A colonização da CODEVASF caracteriza-se pela mudança na arcaica estrutura fundiária da região - o sistema econômico da "meiação" - pelo regime cooperativo, com os agricultores passando de meeiros a parceleiros, assumindo a posse de glebas para explorá-las e correndo os riscos de uma frustração e as vantagens do lucro. Dessa maneira, nos projetos irrigados da CODEVASF, ao invés do antigo "vale do barração", circula hoje o dinheiro vivo; e a maioría dos parceleiros obtêm lucros líquidos por safra acima de 20 mil cruzeiros (US$ 1,170), segundo informação recolhida dos dirigentes da CODEVASF.

b) A C ODEVASF tem criado um modelo cooperativista, com participaçãp direta no patrimônio e na gestão das cooperativas, ampliando seus objetivos e norteando suas atividades futuras para integração gradativa no sentido de agroindústria.

O fato os colonos não ter a propriedade da terra, tem sido objeto de críticas e contestações. A explicação do modelo é que, dar ao parceleiro o domínio e não a simples posse de terra, significa assumir riscos de fracasso do empreendimento.

Porém, são indicadores das dificultades encontradas para o modelo vingar, o fato da CODEVASF ter ainda que impor o presidente das Cooperativas, pagar o seu salário, nomear os principais funcionários técnicos, assumir a garantía dos créditos de custéio, e outras

intervenções decisivas na administração, na operação e na programação das atividades do projeto e da própria cooperativa. Tudo isso, numa permanente vigilância para sanar situações criticas. 45

2.5.2.2. Evolução histórica dos indicadores.

Segundo já foi apontado, as ações da CODEVASF estão indicadas pela sua "Programação Global", nos termos do II PND e são desenvolvidas de maneira gradual, através de etapas anuais de aplicação de recursos. Nesse sentido, a expansão das fronteiras agrícolas e, cosequentemente, a execução das medidas programáticas, é o resultado do andamento, em primeiro termo, das obras básicas de irrigação; a seguir, a implantação dos projetos, o assentamento e organização de colonos, e os planos de cultivos.

Se partirmos da base que a sistematização das ações terá andamento na medida de se contar com terras irrigadas, poder-se-ia avaliar o progresso dessas ações pela evolução da área implantada com irrigação.

Mas não sempre é assim e, em termos gerais, até poder-se-ia afirmar que as ações de microplanejamento têm evoluido consoante o programado. A nível global a situação é bem mais diferente, sem dúvida, pela ausência de planejamento e programas desse nível, como poderiam ser, por exemplo, a consolidação regional da oferta agrícola, ou uma estratégia de comercialização para as produções dos perimetros irrigados. A carência apontada é um impedimento para a evolução do próprio programa de irrigação - aliás, um serio risco de criar uma vultosa capacidade ociosa de produção potencial - e, mais ainda, para os programas de desenvolvimento integrado e de apoio.

2.5.3. Objetivos do Projeto.

3.1. Objetivo Geral.

3.1.1. Definição do objetivo geral em termos da eliminação das limitações identificadas em 1.4.

Habilitar à CODEVASF para sustentar ações programáticas de micro e macro nível, que se articulem a estratégias globais e a cursos de ação inter-institucionais no campo da produção e comercialização de produtos agrícolas, visando dinamizar o processo de expansão das fronteiras agrícolas e o desenvolvemento

rural integrado no Vale do São Francisco.

3.1.2. Explicação sobre como o logro do objetivo geral do Projeto contribuirá a solucionar o problema identificado em 1.1.

O Projeto é apenas uma contribuição a um aspeto parcial do problema e não a sua totalidade. Parte-se de supostos tais como:

i. As ações programadas na "Programação Global 1977/79" da CODEVASF, serão executadas conforme às previsões;

ii. O Projeto Demonstrativo IICA/FSR/São Desidério alcançará resultados positivos no campo da operação e manejo do perimetro irrigado, e da organização da produção, dos produtores e da comercialização.

iii. Sustentação a longo prazo, pelas instituições participantes, dos objetivos do PROAMER, e operacionalidade do roteiro de atividades desse programa.

iv. A modalidade de operação dos órgãos participantes do PROHORT, tomará em conta a natureza e modalidade dos processos de produção e comercialização dos projetos irrigados.

Em sintese, o Projeto é simplesmente uma maneira de contribuir:

- Ao aumento da produção e produtividade, com sentido de expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento rural integrado;
- À rentabilidade da exploração dos perimetros irrigados;
- Ao abastecimento de produtos críticos ou em periodos de abastecimento critico, articulado a estratégias de produção;
- À operacionalidade de uma empresa agricola de tipo associativo;
- À operacionalidade de um modelo de comercialização para micro-áreas irrigadas, articulado a uma estratégia global regional;
- À implantação de agroindustrias nos projetos irrigados.

3.2. Objetivos especificos.

3.2.1. Identificação dos objetivos especificos.

a) No campo do planejamento e a progra-

mação:

Induzir na CODEVASF o enlace dos programas de "Produção", "Comercialização" e "Organização das Populações" - incluindo o sub-programa de "Cooperativismo" - entre si e com os programas de "Irrigação", de "Desenvolvimento Integrado" e "Programa de Apoio", sob uma estratégia comum.

b) No campo da produção:

Lograr na CODEVASF a definição de uma estratégia global para a elaboração de planos de cultivos nos perimetros irrigados, articulados a objetivos e metas de abastecimento.

c) No campo da comercialização:

Lograr na CODEVASF a definição de uma estratégia global para a consolidação e manejo da oferta gerada pelos perimetros irrigados.

d) No campo da organização dos produtores:

Lograr nos projetos irrigados a operacionalidade de empresas agrícolas e agroindustriais, na forma de unidades produtivas empresariais de alta tecnologia e produtividade, e capacitadas para operar no marco de estratégias de produção e de comercialização.

e) No campo da coordenação institucional:

Lograr a nível da CODEVASF e dos projetos irrigados, uma ação integrada e inter-institucional para facilitar a adequada implantação e funcionamento dos serviços especiais do Governo, em função das estratégias de produção e comercialização.

3.2.2. Explicação das relações entre os objetivos específicos e o objetivo geral.

Já foi dito que a CODEVASF, ainda que contando com uma cuidadosa programação global nos termos do II PND, não tem desenvolvido uma estratégia macro-abrangente para atividades tão fundamentais como as de produção e de comercialização. Até o presente, cada projeto irrigados trata de resolver o seu próprio problema de maneira individual, exclusiva e com abstração das situações dominantes nos outros perimetros, nas áreas agrícolas circundantes e nos mercados.

Os objetivos especificos estão imbuidos da intenção de introduzir nos programas isolados de "Irrigação e

Agricultura", de "Desenvolvimento Integrado" e de "Apoio", a idéia do macro-cosmos da CODEVASF, especialmente na matéria de produção e comercialização agrícolas. Para esse logro, deveriam-se desenvolver a nível da CODEVASF e dos projetos irrigados, ações programáticas, orgânicas e operativas perfeitamente articuladas, interna e externamente, no sentido expressado pelo objetivo geral.

Consequentemente, os objetivos específicos do Projeto tendem a produzir os subsídios mediante os quais poder-se-ia elaborar o curso de ação condizente com o objetivo geral.

3.2.3. Descrição da situação ao final do Projeto.

Sendo o produto da CODEVASF a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento rural integrado do Vale do São Francisco, no ponto 1.6. foram mencionados indicadores quantitativos e qualitativos sobre a capacidade institucional do órgão em relação com esses produtos.

O Projeto não há de alterar diretamente o valor desses indicadores nem a sua tendência histórica.

Espera-se, ao final do Projeto, que a CODEVASF tenha tirado conclusões e elementos de juizo para definir e programar estratégias de produção e comercialização e seu relacionamento institucional nessas áreas, de modo de melhorar sua capacidade operativa.

Espera-se, também, que a nível dos perímetros irrigados sejam determinados os fatores de eficiência do sistema de colonização e do modelo cooperativista, de modo geral e, da empresa agrícola associativa, de modo específico.

Espera-se, finalmente, que a nível inter-institucional os órgãos que provêm serviços de apoio à produção e à comercialização agrícolas, recebam subsídios para atender adequadamente as necessidades dos perímetros irrigados.

2.5.4. Operacionalização do Projeto-

4.1. Definição das metas.

a) No campo do planejamento e a programação:

i. Lograr que a CODEVASF enfatise o planejamento, a programação e o acompanhamento dos, processos produtivos e de comercialização das produções agrícolas dos projetos irrigados.

ii. Prover à CODEVASF de um elenco de subsí-

dios para definir o enlace e a estratégia comum dos programas de Produção, Comercialização e Organização das Populações.

b) No campo da produção:

i. Lograr que a CODEVASF adote uma metodologia de micro e macro planejamento dos cultivos agrícolas, consoante às metas setoriais de abstecimento e desenvolvimento rural.

ii. Prover à CODEVASF de um elenco de subsídios para elaborar planos agrícolas globais e plurianuais.

c) No campo da comercialização:

i. Lograr que a CODEVASF adote uma metodologia de micro e macro planejamento da comercialização, consoante às metas setoriais de abstecimento e desenvolvimento rural.

ii. Prover à CODEVASF de um elenco de subsídios para elaborar planos globais e plurianuais de comercialização.

d) No campo da organização de produtores:

i. Prover à CODEVASF de um elenco de subsídios que permitam aprimorar o seu sistema de colonização e o seu modelo cooperativista, no sentido de afiançar nos projetos irrigados empresas agrícolas e agroindustriais assoc iativas, capacitadas para operar no marco das estratégias de produção e de comercialização.

ii. Prover à CODEVASF de um elenco de subsídios para induzir à criação de um órgão central cooperativo de 2º grau, para sustentar as estratégias de produção e de comercialização.

e) No campo da coordenação institucional:

i. Prover aos órgãos enacarregados de executar ações de apoio à produção e comercialização - através da CODEVASF - subsídios para desenvolver essas ações nos projetos irrigados no marco das estratégias de produção e comercialização.

ii. Criar grupos de trabalho inter-institucionais para elaborar projetos a serem executados nos perimetros irrigados, compatibilizando as metas setoriais de abastecimento e desenvolvimento rural.

4.2. Estratégia do Projeto para implementar cada meta.

a) Será escolhido o Projeto Irrigado São Desidério (PISD) como área de execução das atividades do Projeto, sob a coordenação de um Grupo de Trabalho integrado pelos Supervisores dos

programas de "Produção", "Comercialização" e "Organização das Populações"; dos sub-programas de "Cooperativismo" e "Assistência Técnica; o presidente da Cooperativa Agrícola Mista dos Projetos Irridos do Médio São Francisco (COMESF); o Chefe da Unidade Distrital de Irrigação UDI/Barreiras, em representação da 2a. DR; o responsável do Projeto IICA/FSB/São Desidério, e o Prefeito de Barreiras, em representação desse municipio e do Governo do Estado da Bahia.

b) A CODEVASF, através da 2a. DR, implantará no PISD o Modelo de Comercialização proposto em função do Projeto IICA/FSB/São Desidério e a CSM/PROAMER.

c) A CODEVASF apresentará o Projeto à SNAB (Secretaría Nacional de Abastecimento), aos efeitos de ser considerada sua execução no marco do PROHORT e o teste no PISD, no marco de Projeto, de um elenco de ações integradas, encaminhadas a compatibilizar as metas setoriais de abstecimento e desenvolvimento rural.

d) O Grupo de Trabalho promoverá e assessorará para a criação, instalação e operação de uma Cooperativa de Feirantes de Hortigranjeiros (COFEHORT), em Barreiras, com a participação dos atuais feirantes dessa praça. O produto dessa ação será o abastecimento de hortigranjeiros à região.

e) A COMESF será assessorada para suprir total e permanentemente à COFEHORT de produtos hortigranjeiros.

f) O abstecimento de produtos hortigranjeiros a Barreiras e outras praças, onde poder-se-a ampliar o radio de ação da COFEHORT, será assegurado através de um acordo inter-cooperativo.

g) A COMESF e a COFEHORT receberão de maneira habitual e permanente, a assistência e os serviços de análise e promoção de mercado do PROAMER, através da CSM/Salvador.

h) O Grupo de Trabalho acompanhará e controlará a execução do Projeto, defindo as ações complementares que sejam necessárias. Produzirá mensualmente informes de andamento, definindo o elenco de subsídios previstos pelas metas, os quais serão aperfeiçoados progressivamente, até serem considerados idôneos para sua transferência institucional.

i) O Projeto, como tal, concluirá ao serem completados os elencos de subsídios previstos nas metas, transferindo-

se à CODEVASF, ao PROAMER e às Cooperativas a continuidade das ações implícitas nos objetivos geral e específicos.

4.3. Programação.

4.3.1. Arranjo seqüencial das metas e estimação da duração total do Projeto.

Os seguintes, são os cursos de ação necessários para o Projeto alcançar as metas indicadas em 4.1., segundo um ordenamento seqüêncial:

I- i. Discussão do Projeto na CODEVASF com os Supervisores dos Programas de "Produção", "Comercialização" e "Organização das Populações", e dos Sub-programas de "Cooperativismo" e "Assistência Técnica";

ii. Definição do apoio logístico e técnico da CODEVASF;

iii. Integração do Grupo de Trabalho e designação de Responsável do Projeto.

II- Implantação do Modelo de Comercialização no PISD.

III- Levantamento das possibilidades econômicas do mercado hortícola na área de Barreiras.

IV- Levantamento das possibilidades agro-ecológicas e humanas de produção hortigranjeira no PISD.

V- Estudo de constituição da COFEHORT.

VI- Elaboração do Plano Hortigranjeiro:

i. Plano de Produção:
- cultivos
- utilização de recursos
- utilização de insumos
- custeio

ii. Plano de financiamento

iii. Plano de comercialização:
- classificação
- armazenamento
- transporte

iv. Plano de serviços de apoio:
- assistência técnica
- cooperativismo
- informação e análise de mercado

VII- Plano operativo para o primeiro ano e custos globais.

VIII- Apresentação do Projeto ao PROHORT.

IX- Integração do Grupo de Trabalho Inter-Institucional.

X- Execução do Projeto:

i. Constituição de COFEHORT;

ii. Convênio COMESF/COFEHORT;

iii. Execução do Plano Hortigranjeiro.

XI- Acompanhamento, controle e avaliação do Projeto:

i. Detectação de problemas de organização da produção;

ii. Detectação de problemas de organização da comercialização;

iii. Detectação de problemas de organização da empresa agrícola;

iv. Detectação de problemas de organização do mercado.

XII- Definição e discussão de problemas de planejamento, programação e acompanhamento da produção e comercialização.

XIII- Relatórios de andamento.

XIV- Discussão metodológica:

i. Micro e macro planejamento de produção.

ii. Micro e macro planejamento de comercialização.

XV- Definição e detalhamento de subsídios:

i. Estratpégias de produção e de comercialização;

ii. Planos agrícolas de produção;

iii. Planos agrícolas de comercialização;

iv. Empresa agrícola e agroindustrial associativa;

v. Cooperativa Central;

vi. Serviços de apoio e assistência à produção e à comercialização:

- classificação e padronização;
- embalagem;
- armazenamento;

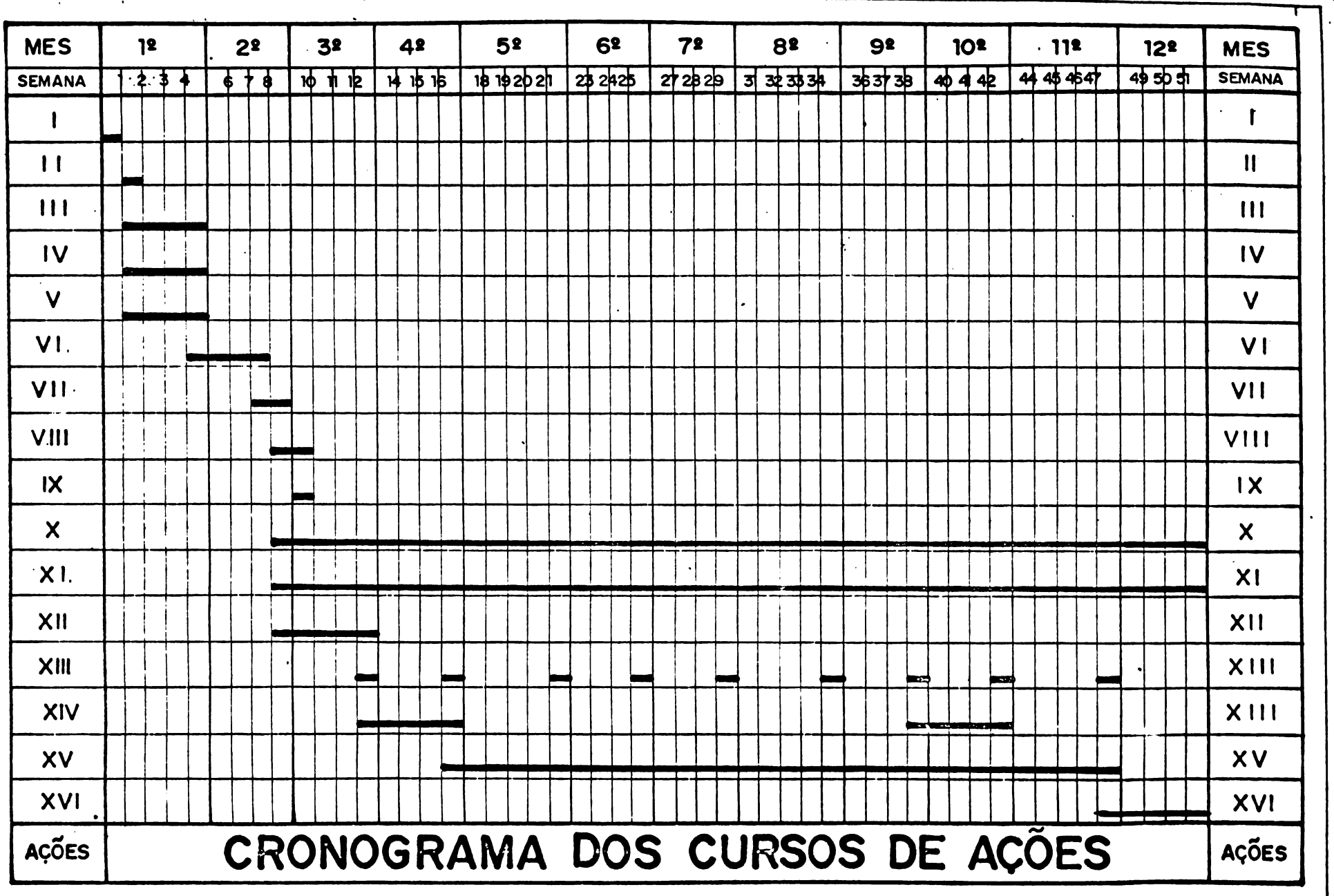
- preços mínimos;
- pesquisa e assistência técnica;
- extensão em produção e comercialização;
- crédito agrícola;
- informação, análise e promoção de mercado.

vii. Abastecimento de hortigranjeiros;

viii. Estratégia de agro-industrialização.

XVI- Relatório Final.

FIG, 9


MES
1º
2º
3º
4º
5º
6º
7º
8º
9º
10º
11º
12º
MES
SEMANA
1 2 3 4
6 7 8
10 11 12
14 15 16
18 19 20 21
23 24 25
27 28 29
31 32 33 34
36 37 38
40 41 42
44 45 46 47
49 50 51
SEMANA
I
II
III
IV
V
VI
VII
VIII
IX
X
XI
XII
XIII
XIV
XV
XVI
AÇÕES
CRONOGRAMA DOS CURSOS DE AÇÕES
AÇÕES

# CONCLUSÕES

A partir do estudo "Pontos básicos para discussão de um programa de assistência à comercialização dos produtos agrícolas no Vale do São Francisco", elaborado pelo Departamento de Planejamento da CODEVASF no mês de dezembro de 1976; passando pelo encontro dos Presidentes da CODEVASF e da COBAL, e do Diretor Geral do DNOCS, ainda no mesmo mês e, posteriormente a constituição do Grupo Inter - Institucional em Comercialização - também em dezembro 1976 - o processo de elaboração de uma estratégia de comercialização para as produções geradas nos perímetros irrigados que o DNOCS e a CODEVASF têm implantado no Nordeste do Brasil, de um modo geral e no Vale do São Francisco, respectivamente, percorreu um roteiro dinâmico, às vezes e estacionário, nas restantes.

O maior logro tem sido o desenvolvimento e arraigo de uma inteligência de comercialização a nível de dirigentes, técnicos e produtores, específica da realidade das áreas irrigadas e, além disso, que, sob o ponto de vista dessas áreas, a estratégia a ser aplicada tem como objetivo básico o seu desenvolvimento integrado, ou seja, o melhoramento dos níveis de vida e bem-estar das populações que nelas habitam e a elas fazem-nas produzir.

A segunda comprovação é que toda estratégia de comercialização aplicável às áreas irrigadas, espalhadas pelo imenso território do Nordeste, está fundamentada em três suportes básicos: a consolidação e compatibilização da oferta -significando também especialização e uniformização da oferta -; a organização dos produtores para a produção e a comercialização, e o estabelecimento de canais de comercialização específicos dessas produções. Tudo isso, visando economias de escala, modos de produção empresariais, participacionismo na tomada de decisões e igualdade de oportunidades de mercado.

Na praxe, a própria experiência mínima do Projeto São Desidério, tem demonstrado que uma estratégia de comercialização, per se, não é suficiente para resolver os problemas emergentes nesse processo, senão é acompanhada pela organização da produção e a organização dos produtores. Essa dificuldade acresce tantas vezes como áreas irrigadas têm implantado a CODEVASF e o DNOCS, quando o problema é olhado desde a perspectiva dos mercados, tornando ilusória a idéia, de aceitação quase que ge -

ral, do ente Cooperativo Central para a comercialização.

A terceira comprovação, é que os objetivos setoriais de desenvolvimento rural e de abastecimento - no Brasil , sustentados pelos Ministérios do Interior e da Agricultura, respectivamente - devem receber um tratamento simultâneo, conjunto e coordenado no curso de expansão das fronteiras agrícolas. e que, portanto, o processo de coordenação inter-institucional é um dos mais importantes a serem administrado pela estratégia de comercialização. E é essa ausência ou escassa manifestação de coordenação inter-institucional, o que vem travando ao PROAMER.

A quarta comprovação, é que as distâncias que separam aos perímetros irrigados entre si e com os mercados, é uma barreira muito difícil para o processo de concentração da oferta; razão pela qual, o sistema de informações de mercado e para a comercialização, deveria alcançar um desenvolvimento e uma aperfeição compatível com essas exigências.

Finalmente, tem que se reconhecer que o PROAMER está necessitando uma maior e mais intensa assistência especializada.

A importância das áreas irrigadas da CODEVASF e do DNOCS, para o desenvolvimento rural e para o abastecimento das populações urbanas, justifica plenamente uma ação exclusiva dos órgãos técnicos internacionais que, ao presente, estão colaborando com grande sucesso nas áreas apenas físicas e produtivas. E essa ação reclamada, deverá ter uma dupla abrangência de macro e micro nível para não comprometer sua eficiência e efetividade.

## AGRADECIMENTOS

O autor deste trabalho expositivo do PROAMER, tem o dever de salientar o apoio irrestrito recebido do Sr. Presidente da CODEVASF, Dr. Nilo Peçanha Araújo de Siqueira, sua verdadeira "alma mater"; assim como a participação solidária dos respectivos dirigentes do DNOCS, Dr.Oswaldo Pontes e da COBAL, Dr. Mário Ramos Vilela.

Agradece igualmente os esforços do Dr. Jader Fernandes de Carvalho, Gerente do Departamento de Planejamento da CODEVASF, para manter a sobrevivência do PROAMER, e do Dr. Fernando Rodriguez, Diretor da Área Técnica, para veiculá-lo nos escalões dirigentes.

Agradece a colaboração de quem são co-autores do Programa, através de sua Coordenação Geral; Artur Saabor, Assessor da COBAL, ao igual de seu substituto, Archangelo Brunhara; Henrique Roberto Correia Autram, Chefe da Divisão Comercialização, e Afrânio Gonzaga Sales, Chefe da Divisão Cooperativismo, pelo DNOCS; e Fernando Bastos, Supervisor do Programa de Comercialização e Sérgio Borzino, pela CODEVASF.

Finalmente, um agradecimento muito especial aos "operários" do PROAMER, ou seja, Antonio Carlos de Oliveira Lima, chefiando a CSM/Salvador, Maria Paz Vidal,estagiária do IICA em São Desidério e Jin Hi Choi Feitosa, na equipe de Brasília, assim como para Vanete Alves de Oliveira, nossa competente datilógrafa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

1 - Conf. "Aspectos e opções para o desenvolvimento do Nordeste do Brasil". Banco Mundial (BIRD); março, 1975. Informe resumido no Anexo 3 ao "Projeto do Fundo Simón Bolívar". Rio de Janeiro, 1976.

2 - Resumo publicado pelo jornal "O Estado de São Paulo"; São Paulo, 12 de abril de 1978; Seção Editorial.

3 - Ibidem

4 - Ibidem

5 - II Plano Nacional de Desenvolvimento. Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco, 1975-79. Ministério do Interior - CODEVASF; Brasília, outubro 1975; pág.69.

6 - Irrigação no Vale do São Francisco. CODEVASF - 2a.DR. Monografia apresentada pelo Dr. Jose Olimpio Rabelo de Morais ao Taller de Trabajo sobre Manejo de Proyectos, Montevideo, Uruguay. Salvador, abril de 1977.

7 - Conf. "Projeto FSB/São Desidério". IICA/Brasil; Rio de Janeiro, 1976.

8 - Conf. "Projeto FSB/São Desidério", 1a.Revisão. IICA/Brasil; Barreiras, 1978.

9 - Conf. Programa de Desenvolvimento Regional Integrado.Região do Além São Francisco. Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia-Fundação Centro de Planejamento da Bahia; Salvador, 1977.

10 - Conf. Balanço das Ações Governamentais em Curso no Nordeste. Ministério do Interior; Brasília, 1977.

11 - Conf. Ação do Ministério do Interior. Mauricio Rangel Reis - Ministério do Interior; Brasília, 1976.

12 - Conf. Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE. Secretaria de Planejamento da Presidência da República - Ministério do Interior - Ministério da Agricultura; Brasília, 1976.

13 - Conf. "Balanço das Ações Governamentais em Curso no Nordeste", op. cit.

14 -"Proyecto de Comercialización 1977-78". Documento de Programação e Plano Operativo apresentado pelo Especialista em Comercialização Agrícola, Norberto Frigerio. IICA/Brasil; Rio de Janeiro, 1977.

15 - "Programa de Financiamento de Pré-Comercilização". Conselho Nacional de Abastecimento - CONAB; Brasília, 1977.

16 - Programa de Apoio à Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - PROHORT. Ministério da Agricultura; Brasília, 1977.

17 - "Programa de Desenvolvimento Regional Integrado-Região do Além São Francisco"; op.cit.

18 - Conf. "Síntese das tarefas a serem desenvolvidas pelo Grupo de Comercialização". CODEVASF - Departamento de Planejamento; Brasília, setembro de 1977.
Também: "Disposições Normativas de Implantação e Execução do PROAMER". Documento Interno da Coordenação Geral do PROAMER; Brasília, novembro de 1977.

19 - Bibliografia antes citada (10, 11 e 12).

20 - Bibliografia antes citada (13).

21 - Bibliografia antes citada (14, 15 e 16).

22 - Bibliografia antes citada (17).

23 - Bibliografia antes citada (18).

24 - II Plano Nacional de Desenvolvimento - Programa de Irrigação do Nordeste Semi-Árido 1976-79. DNOCS; Fortaleza, agosto de 1976.

25 - II Plano Nacional de Desenvolvimento - Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco; op. cit.

26 - Bibliografia antes citada (12).

27 - Bibliografia antes citada (10 e 11).

28 - Bibliografia antes citada (10 e 11).

29 - Bibliografia antes citada (10 e 11).

30 - Bibliografia antes citada (10 e 11).

31 - Bibliografia antes citada (13).

32 - Bibliografia antes citada (13).

33 - Bibliografia antes citada (14).

34 - Bibliografia antes citada (15).

35 - Bibliografia antes citada (16).

36 - Bibliografia antes citada (17).

37 - Bibliografia antes citada (18).

38 - Vilas, Andrés T., "A Spatise Equilibrio em Analyse of the Rice Economy in Brasil"; the PLD Thesis, não publicada, pela Universidade Purdue; 1975.

39 - Programação Global 1977-79 e Plano Operativo para 1977. CODEVASF; Brasília, novembro de 1976 (3 volumes).

40 - Conf. Lei nº 6.068 de 16 de julho 1974. Texto reproduzido em " II Plano Nacional de Desenvolvimento - Programa de Ação do Governo para o Vale do São Francisco"; op. cit.

41 - Ibidem.

42 - Conf. Informe da CODEVASF - 10a. CCMI.Ministério do Interior Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco; Brasília, fevereiro de 1977.

43 - "Programação Global 1977-79 e Plano Operativo para 1977"; op. cit.

44 - Bibliografia antes citada (2).

45 - "COMESF - Estudo Econômico-Financeiro"- CODEVASF - 2a.DR. Relatório apresentado pelo Econ. Antonio Carlos de Oliveira Lima; Barreiras, abril de 1978.